

MARIA MARGARIDA RIBEIRO GARCEZ DA SILVA VENTURA

CURICULUM VITÆ

DADOS BIOGRÁFICOS

MARIA MARGARIDA RIBEIRO GARCEZ DA SILVA VENTURA

Nasceu em Vila Franca de Xira, a 15 de Setembro de 1949.

FORMAÇÃO ACADÉMICA

Em 1967 conclui o curso do liceu com a classificação de 15 valores.

Em 1972 termina a parte curricular do curso de Ciências Históricas da Faculdade de Letras de Lisboa. Nesse ano frequenta o Seminário de História Moderna e Contemporânea, leccionado pelo Professor Doutor Jorge Borges de Macedo, tendo realizado um estudo sobre “Tipografias em Lisboa em 1871”.

Em 1973 conclui o curso de Ciências Pedagógicas.

Em Junho de 1974 defende a dissertação de licenciatura com o título *João da Silveira - Diplomata Português do século XVI*. Dadas as circunstâncias nacionais e académicas de então, fizeram parte do júri os professores José Mattoso, Maria José Pimenta Ferro e Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz. A tese obteve a classificação de 18 valores; a classificação final de licenciatura foi fixada em 17 valores.

Foi aluna, entre outros, dos Professores Virgínia Rau, Borges de Macedo, Manuel Antunes, Jorge Pais da Silva, Eduardo Borges Nunes e Maria do Rosário Barata de Azevedo Cruz.

CARREIRA ACADÉMICA

Ingressou, por concurso público documental, como Assistente Estagiária no corpo docente da Faculdade de Letras de Lisboa em Janeiro de 1985.

Em 1987 presta Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, apresentando como trabalho de síntese a monografia *O Messias de Lisboa - Um estudo de mitologia política (1383-1415)* e um guião sobre *Carlos Magno*, trabalhos orientados pelos Professores Eduardo Borges Nunes, Martim de Albuquerque e José Mattoso. Fizeram parte do júri os referidos orientadores e o Professor Doutor Joaquim Cerqueira Gonçalves (como Presidente do Conselho Científico). Obteve a classificação máxima: “Muito Bom”.

Em Junho de 1993 apresenta à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a dissertação de Doutoramento com o título *Poder régio e liberdades eclesiásticas (1385-1450)*, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Eduardo Borges Nunes. A respectiva arguição teve lugar no dia 14 de Dezembro, sendo o júri constituído pelos Professores Doutores Humberto Baquero Moreno, Jorge Borges de Macedo, Joaquim Veríssimo Serrão, Eduardo Borges Nunes, Pedro Barbosa e Manuela Mendonça. Foram arguentes os dois primeiros jurados. A candidata foi “Aprovada com distinção e louvor”.

A 28 e 29 de Janeiro de 2003 apresenta-se a Provas de Agregação na Universidade de Lisboa. História Geral Medieval I foi a disciplina escolhida para apresentar o programa e o relatório; o tema da lição foi *A «guerra justa»: tradição, doutrina e prática nos inícios da modernidade. O caso português*. Arguiram os Professores Doutores Maria do Rosário Themudo Barata (*Curriculum*), Maria Helena da Cruz Coelho (Programa e Relatório de Disciplina) e José Marques (Lição).

Actualmente é Professora Auxiliar de Nomeação Definitiva, com Agregação, da Faculdade de Letras de Lisboa.

EXERCÍCIO DOCENTE

Ver bem as datas

2011-12 História Medieval (Política e Cultura), História e Cultura Medieval

2012-2103 – História Medieval (Política e Cultura), problemáticas, Ideias Pol. Med Com o Varandas

2013 – 14 - História Medieval (Política e Cultura), História e Cultura Medieval; Ideias Pol. Med a solo; His Cristianismo

Todos estes anos ---no 2º ciclo lecciona o Seminário “Clero Secular”.

Leccionou “História Institucional e Política (sécs. III-XIV)” desde a sua entrada no corpo docente da Faculdade (1985) até à extinção dessa disciplina, em 1988. Passa então a leccionar a de “História Geral Medieval”.

Leccionou a disciplina de “História Geral Medieval I” e “História Geral Medieval II”. Também assumiu as disciplinas de “História da Igreja Medieval”, História Cristianismo Antigo, História do Cristianismo Medieval e Paleografia e Diplomática I e de Paleografia e Diplomática II.

No ano lectivo de 1994/95 inicia a docência no Mestrado de História Medieval, leccionando o seminário sobre “Religião, Sociedade e Poder”; no ano lectivo de 1996/97 lecciona no mesmo mestrado o seminário de “Cultura Medieval”; no ano lectivo de 1998/99 assume os seminários de “Cultura Medieval” (1º semestre) e “Sociedade e Poder” (2º semestre); nos anos lectivos de 2000/2001 e 2001/2002 lecciona o seminário de “Cultura Medieval”.

No ano lectivo de 1999/2000 iniciou a sua colaboração no Mestrado de Teoria e Análise Cultural com o seminário de “História da Cultura II”, colaboração que mantém.

Em 2002 colaborou com o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa no seminário sobre o Clero Secular na Idade Média.

Em 2003 (Março) leccionou no Curso Livre “Documentação Medieval Portuguesa”, organizado pela área de História Medieval da Faculdade de Letras de Lisboa, o módulo “Diplomas Régios”.

Em Maio de 2004 foi convidada a colaborar na Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste.

Enquanto docente do Mestrado de Teoria e Análise Cultural, iniciou no ano lectivo de 2003/2004 a articulação deste mestrado com o Instituto de Cultura Europeia e Atlântica (ICEA). Realizaram-se (na Ericeira e na Faculdade) conferências no âmbito da História da Arte, abertas ao público relacionadas com o tema do mestrado (“Figuras da violência”), com a participação do Dr. Luís Afonso e dos Professores Vítor Serrão e Rui Mário Gonçalves (FLL), e do Dr. Sérgio Mah (FCSH da UNL e AR.co).

Entre 1986 e 1989, a convite dos Professores Doutores Eduardo Borges Nunes e Joaquim Veríssimo Serrão, colaborou no Departamento de História da Universidade Lusíada, leccionando, primeiro, a disciplina de “História Institucional e Política da Idade Média” e, depois, o Seminário de “Cultura Portuguesa”.

Após a implementação do “modelo de Bolonha” leccionou. No 1º Ciclo de Bolonha, as disciplinas de História Medieval (Sociedade e Economia), História Moderna e da Expansão Portuguesa e História Medieval (Política e Cultura). No ano lectivo de 2007/2008, ano de abertura do 2º Ciclo de Bolonha, leccionou o Seminário de “Clero Secular”, o mesmo sucedendo no ano lectivo seguinte.

Entre 2002 e 2008 leccionou na Universidade de Valladolid (Dep. de Direito), ao abrigo do Programa Sócrates. Programa retomado no ano lectivo de 2012/2013 e mantido até 2015

Em 2012 (Out.) leccionou um mini-curso de História de Portugal Medieval na Universidade de Brasília, Programa de pós Graduação em História (a convite da respectiva directora, Profª Doutora Maria Eurydice Barros Ribeiro)

2016 (Maio), Franca Brasil.- ministrou a disciplina “Tópicos Especiais: Portugal: mouros judeus e guerra na Idade Média, para alunos de Mestrado e Doutoramento do Programa de Pós-graduação em História.

2016 (Maio)- participação no Departamento de História da Universidade de Franca (S. Paulo) no Projecto Temático FAPESP. Com três aulas e um seminário sobre historiografia portuguesa

OUTRAS ACTIVIDADES NA FACULDADE DE LETRAS

Membro do Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa (desde 1972): Integrou o Grupo I & D *Memória & Historiografia*; desde 2011 o Grupo I & D *História Milita..*

Integrou a equipa de correcção das provas de Português do Exame Extraordinário de Avaliação de Capacidade para o Acesso ao Ensino Superior, proposta pelo respectivo Gabinete, desde 1987 até 2007 (ano da sua extinção).

Membro da Comissão Pedagógica de História e do júri dos exames “ad hoc” em 1985/86.

Em 1986/87 foi eleita para a Assembleia de Representantes.

Em conjunto com a Professora Doutora Maria do Rosário Barata foi responsável pelas Provas Específicas de História realizadas na Faculdade de Letras nos anos de 1994 e 1995.

Coordenadora Científica do Ramo Educacional de História de Janeiro de 1994 a Outubro de 1995.

Representante da Comissão Científica de História na Comissão Pedagógica de História entre Abril de 1994 e Janeiro de 1995, data em que foi eleita para integrar a Comissão Pedagógica de História, onde permaneceu até Março de 1996.

Representante da Comissão Científica de História na “I Jornada de debate sobre o Ensino Universitário da História em Portugal” (Coimbra, Jan. 1994).

Membro da Comissão Executiva de *Amar, Sentir e Viver a História - Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão* (1995).

Membro da Sub-Comissão para a Formação Contínua de Professores da Faculdade de Letras de Lisboa.

JÚRIS ACADÉMICOS

1996 - Membro do júri na Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa apresentada ao Dep. de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras de Lisboa por Maria João Almeida, com o título *A “Crónica Urbana” em Fernão Lopes*.

1996 - Membro do júri na Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por Armando Alberto Martins, com o título *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, séculos XII-XV - História e Instituição*.

1999 - Membro do júri na Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa por Maria Teresa Ferreira Lourenço, com o título *As cartas de legitimação no reinado de D. Afonso V*.

1999 - Membro do júri na Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa por Maria Dulcina Vieira Coelho de Medeiros, com o título *O Infante D. João (1400-1442). Subsídios para uma Biografia*.

2003 - Membro do júri na Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa por Rosa Gertrudes Longo Cameira Pereira, com o título *Nuno Álvares Pereira na Corte de D. João I. Poder senhorial / Poder real*.

2003 - Membro do júri na Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa por José Alberto dos Santos Marques, com o título *Das Ordenações de D. Duarte às Ordenações Afonsinas. Estudo Comparativo*.

2004, Membro do júri na Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por Julieta Maria Aires de Almeida Araújo, com o título *Portugal e Castela (1431-1475). Ritmos de uma paz vigilante*.

2004, Membro do júri na Dissertação de Mestrado em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa por Maria Luzia Garcia Lourenço, com o título *Igreja Matriz de Caminha, lugar de vivências e de memórias*.

2006, Membro do júri na Dissertação de Mestrado em História e Cultura do Brasil, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa por Isabel Maria Ullán Frade, com o título *Da Ericeira para o Brasil: Mito ou Realidade? A emigração da vila da Ericeira para o Brasil durante o final do século XIX e princípios do século XX (1886-1914)*.

2007, Membro do júri na Dissertação de Doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por Florbela Cristina Veiga Frade, com o título *As Relações Económicas e Sociais das Comunidades Sefarditas Portuguesas. O Trato e a Família. 1532-1632.*

2007, Membro do júri na Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa por João Miguel Ribeiro de Vasconcelos Gonçalves, *A Questão do Algarve (1189-1267). Subsídios para o seu esclarecimento.*

2008, Membro do júri na Dissertação de Mestrado em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa por Isaura Luísa Cabral Miguel, *Religião e vida social no espaço urbano: comunidades judaicas na Beira Interior nos finais da Idade Média.*

2009 - Membro do júri na Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por Mário Sérgio da Silva Farelo, com o título *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433).*

2011 - Membro do júri na Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa por João Pedro Morgado da Silva, *A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Nuno Rodrigues Freire (1357-1372).*

2011, Arguente na Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa por Maria Isabel Pessoa Castro Pina, com o título *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista.*

2011, Membro do júri na Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por Bruna Cascaes da Silva Campos, *Arruda e a Ordem de Santiago. Sécs. XII-XV.*

2011 - Membro do júri na Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira Martins, intitulada *Poder e Sociedade. A Duquesa de Beja.*

2012, Membro do júri na Dissertação de Mestrado em História Marítima à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por Cristina Maria Vieira Carvalho Micael, *O sal no estuário do Tejo. Plataformas de transporte e estrutura comercial (séculos XIV-XVI).*

2012 - Membro do júri na Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por António Carlos

Martins Costa, *A batalha de Toro e as relações entre Portugal e Castela. Dimensões políticas e militares na segunda metade do século XV.*

2012 - Arguente na Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa por António Brochado da Mota, *Testamentos Régios – Primeira Dinastia (1109-1383).*

2014 - Membro do júri na Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por Maria da Graça Antunes Silvestre Vicente, *Entre Zêzere e Tejo. Propriedade e Povoamento (séculos XII-XIV).*

2014 - Membro do júri na Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por Ardian Muhaj, *Quando todos os caminhos levavam a Portugal.*

2014, Arguente na Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra por Maria José Andrade Pinheiro Lázaro da Silva Correia, *Imagens do Clero na obra de Gil Vicente.*

ACTIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Enquanto membro da Direcção da Associação da Casa-Memória de Camões em Constância integra a Comissão Executiva dos Fóruns Camonianos e é responsável pela criação e organização dos Cursos Breves, entre os quais o de Iniciação à Paleografia e Diplomática Quinhentistas.

Membro do Conselho Editorial da Editora “Mar de Letras” (Ericeira) desde a sua fundação, com responsabilidade na selecção, acompanhamento de edição e apresentação pública das obras. (1995-2013),

Membro do Conselho Assessor da IACOBVS. Revista de Estudios Jacobeos y Medievales, Sahagún (León). Com refere.

Membro do Conselho Editorial das Revistas *Matria XXI* e *Matria Digital*.

Por evidente interesse científico e como Irmã da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira promoveu e acompanhou a inventariação e catalogação do espólio do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, integrando depois a equipa responsável pela sua manutenção. Esta acção desenvolve-se no contexto da valorização do património da Misericórdia e da vila, abrangendo também a ampliação e reestruturação do Museu e o restauro da respectiva Igreja (1993). Na vigência do primeiro dos dois mandatos como Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira (2007 a Jan. de 2010.) colaborou, com várias acções didácticas, nos Estudos Gerais da SCME.

Enquanto Vice-Presidente (Área Científica e Educacional) do Instituto de Cultura Europeia e Atlântica (ICEA), desde a sua fundação, em 2003, tem vindo a projectar e a efectuar diversos projectos culturais numa perspectiva interdisciplinar, abrangendo diversas áreas relacionadas com a património histórico, ambiental e documental (bibliografia, tradição oral e imagem), tal como se pode verificar no respectivo site (www.icea.pt). De destacar os Cursos de Verão, que este ano cumprem a sua 10ª edição. Estes projectos têm sido envolvidas diversas instituições nacionais e locais com as quais o ICEA assinou protocolos, nomeadamente a Academia Portuguesa da História, a Academia de Marinha, a Sociedade de Geografia de Lisboa. Em 2007 foi assinado o Protocolo de Colaboração com a Faculdade de Letras de Lisboa: em 2008 foi assinado outro Protocolo de Colaboração com o Centro de História da Universidade de Lisboa. O ICEA tem Protocolo de Colaboração com diversas instituições científicas, entre as quais a Academia Portuguesa da História, Sociedade de Geografia de Lisboa, Associação de Cultura Lusófona e Academia de Marinha. Também assinou Protocolo de Colaboração com a Faculdade de Letras de Lisboa (23 de Janeiro de 2007). **O ICEA é um Instituto de Utilidade Pública (12 de Março de 2010, D. R. 2ª série nº 48, 10/3/2010). Demissão Set. 2015**

Membro da Coordenação Científica dos Colóquios das COMEMORAÇÕES DO 750 ANOS DA FUNDAÇÃO DO CASTELO E DO PRIMEIRO FORAL DE PORTEL (2012).

A pedido da Fundação para a Ciência e Tecnologia tem dado pareceres no âmbito do Programa de Apoio à Edição de Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas.

Parecer (referee) para a Revista //////////////(2011)

No âmbito das suas obrigações como membro da Academia Portuguesa da História e da Academia de Marinha tem participado em diversos projectos científicos e de abertura à comunidade nacional e internacional. Ainda no âmbito do Acordo entre a Academia Portuguesa da História e a Junta de Freguesia do Lumiar, participou, em 2006/07, na Universidade da Terceira Idade, no módulo de História Medieval.

Projecto “Óbidos- Rede de Investigação, Inovação e Conhecimento” que tem por objectivo a candidatura de Óbidos a Património da Humanidade, com a coordenação da “Inventariação dos Núcleos Documentais” (disponível *on line*).desde 2005

Projecto para o Estudo, Conservação e Divulgação da Igreja de São Pedro de Vera Cruz de Marmelar. Desde 2006.

Projecto *Dicionário de Historiadores Portugueses- Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo* (Coord. Sérgio Campos Matos, Centro de História da Universidade de Lisboa), com os verbetes “Domingos Maurício Gomes dos Santos” e “Pierre David” .

Projecto “Recursos para a História Militar Medieval, integrado no Grupo I & *História Militar e das Relações Internacionais,*” em colab. com José Varandas.

Projecto “Pensamento Político Português na Idade Média (sécs. XII-XV), integrado no Grupo I & *História Militar e das Relações Internacionais,*” em colab. com José Varandas.

Projecto DULCE AMARANTE

INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS A QUE PERTENCE

Académica de Número da Academia Portuguesa da História e Vogal do Conselho Académico (Correspondente 22 Nov. 2000; de Número, 16 de Fev. de 2005, Cadeira n.º 12; Cons. Académico, Jan, 2015).

Membro Efectivo da Classe de História Marítima da Academia da Marinha (Correspondente 6 Nov. 2003; Efectiva, 10 Dez. 2008).

Membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (Eleita a 27 de Março de 2004)..

Membro da Cátedra “Jaime Cortesão” (Universidade de São Paulo, 2010 //!!!/?)

Membro fundador da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais.

Membro fundador da Secção Portuguesa da “Société International Rencesvals”.

Membro fundador do Instituto de Cultura Europeia e Atlântica (Ericeira): eleita Vice-Presidente para a área da Cultura e da Educação.

Membro da Direcção do Centro Internacional de Estudos Camonianos da Associação da Casa-Memória de Camões em Constância.

Sócio da Associação de Cultura Lusófona (ACLUS).

Sócio da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

BOLSAS DE ESTUDO

Bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian entre 1967 e 1972.

Bolseira do Instituto Nacional de Investigação Científica e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1991/93).

Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia durante o ano de Licença Sabática (2002/2003)

PRÉMIOS

2014- Prémio Fundação Engº Eugénio de Almeida / Joaquim Veríssimo Serrão, pela obra ***A Corte de D. Duarte. Política, cultura e afectos***, Vila do Conde, Verso da História, 2013.

2005 - Prémio de Dr. M. P. Laranjo Coelho instituído na Academia Portuguesa da História, pela obra *Santo António*, Lisboa, Planeta De Agostini, 2004. **ISBN: 972-747-885-9**

2001 - Prémio de História Calouste Gulbenkian - “História Regional e Local”, instituído na Academia Portuguesa da História, pela obra *A Colegiada de Santo André de Mafra (séc. XIV-XVIII)*. Leitura do Fundo Documental e Estudo Introdutório de Margarida Garcez Ventura (Mafra, Câmara Municipal, 2002). ISBN: 972-8204-30-2

1998 - Prémio *Sino Grande 98* atribuído pela secção de Artes e Letras do jornal *O Carrilhão* (Mafra).

1972 – Prémio atribuído pela Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas* para a melhor monografia sobre *Os Lusíadas*, aberto a alunos finalistas das universidades de Portugal e do Brasil, com a obra “*Os Lusíadas*” e o Poder Político (Lisboa, 1973).

CONGRESSOS E REUNIÕES CIENTÍFICAS

1. Congressos e Colóquios

1973, Lisboa - I Reunião Internacional de Camonistas.

1984, Ponta Delgada - IV Reunião Internacional de Camonistas, *Camões e João de Barros, teóricos do poder político.*

1986, Lisboa - I Jornadas de História Moderna, *Um olhar sobre a corte de D. João III.*

1986, Porto - II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval.

1987, São Paulo - V Reunião Internacional de Camonistas, “Ambiguidade da festa na narrativa camoniana da estadia do Gama em Melinde”.

1992, Loulé - III^{as} Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia, *O Algarve nos primórdios da Expansão - Um Sermão Milenarista em Lagos (12.VII.1415).*

1989, Porto - Congresso Internacional “Bartolomeu Dias e a sua Época”, *A lealdade ao Homem - uma perspectiva antropológica para a evangelização nos escritos de D. Duarte.*

1989, León - I Congreso Internacional de la Orden Concepcionista , *Notas para o estudo do pensamento político e relações com a Igreja nos inícios da dinastia de Avis.*

1989, Braga - Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, *“As chaves de Deus e da Igreja” - um episódio no reinado de D. Duarte.*

1989, Génova - IV Congresso Internazionale di Studi Storici “Raporti Genova-Mediterraneo-Atlantico Nell’Etá Moderna”, *“Cousas d’Ytalia - quelques nouvelles sur les conflits entre Charles V et François Ier dans la cour portugaise (1527-1528)”.*

1990, Lugo - IV Colóquio Galaico-Minhoto, *“A administração de capelas na 1^a metade do século XV: breves notas a propósito da capela de João Silvestre na sé de Braga”.*

1991, Viseu - Congresso Comemorativo do VI Centenário do Nascimento de El-rei Dom Duarte, *“Algumas impugnações indevidas de bens do clero situados em reguengos: engano ou talvez não”.*

1991, Sevilha - III^{as} Jornadas Hispano-Portuguesas de História Medieval, *“D. Duarte como árbitro do direito de asilo - um caso exemplar”.*

1992, Palmela - II Encontro sobre Ordens Militares, *A cobrança de dívidas à Ordem de Cristo numa carta régia de 1405.*

1992, Tomar - Simpósio Internacional “Os Judeus e os Descobrimentos”, *Médicos judeus na corte e no reino: a exceção consentida pelo Papa Eugénio IV.*

1993, Lisboa - 2^o Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimentos e Expansão Colonial, *A guerra contra os infiéis comprometida: breve comentário a um memorando de D. Duarte.*

1994, Lisboa - Congresso “O Vinho na História e na Cultura Popular”, *O vinho e o estatuto de vizinhança de alguns abades do bispado do Porto, ou de como do facto económico se passa à História política.*

1994, Braga - V Colóquio Galaico-Minhoto, *Interesses régios e caridade de fiéis cristãos na assistência aos romeiros de S. Tiago em Ponte de Lima.*

1995, Angra do Heroísmo - Congresso Internacional “O Mundo do Infante D. Henrique”, *Heresias e dissidências. Regalismo e anti-regalismo no século XV.*

1995, Lisboa - Congresso Internacional “Pensamento e Testemunho” (8º Centenário do Nascimento de Santo António”), *Breves notas sobre a institucionalização de permanências numa súplica do povo de Lisboa ao Papa Eugénio IV.*

1995, Ericeira - Exposição-Colóquio sobre Santo António, *Subsídios para a história da vivência religiosa na Ericeira durante a I República - a propósito de um projecto de Estatutos de Mestre Jaime Lobo e Silva para a Irmandade de Santo António.*

1996, Lisboa, Comemorações Antonianas na Casa Pia de Lisboa, *De Fernando Martins a Santo António: uma casa diante da porta da sé.*

1996, Guimarães - II Congresso Histórico de Guimarães - “D. Afonso Henriques e a sua época”, *Guimarães, D. Afonso Henriques e a co-fundação do reino - uma invocação ambígua.*

1996, Belo Horizonte, Niterói e Foz do Iguaçu - III Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal, “Itinerários do passado - Almocreves, Navegantes, Bandeirantes e Tropeiros no Brasil e Portugal (Séc. XIV-XIX)”, *Caminhos e Estradas no século XV: dimensão política, intenções régias e problemáticas locais.*

1997, Porto - IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, *Os coutos de homiziados nas fronteiras com o direito de asilo.*

1998, Palmela, III Encontro sobre Ordens Militares, *Uma reforma para a Ordem de Cristo: breves notas a propósito dos estatutos de D. João Vicente.*

1998, Constância - VI Fórum Camoniano, *Os mares no tempo de Camões: elementos e consciência do primeiro sistema mundial.*

1998, Ericeira - Colóquio “O Falso D. Sebastião da Ericeira e o Sebastianismo”, *A tradição do messianismo na Dinastia de Avis.*

1998, Caldas da Rainha -Colóquio “Marcas da II Guerra em Caldas da Rainha”.

1998, Lisboa - V Simpósio de História Marítima, *Um fidalgo português na Carreira da Índia: serviço e narrativa de João da Silveira.*

1999, Porto - IV Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal, “Povos, Nações e Construção do Estado e/ou Identidade Nacional”, *A guerra como condição para a paz: alguns debates e meios logísticos no Portugal quatrocentista.*

1999, Lisboa - III Colóquio Temático. “Lisboa: utopias na viragem do Milénio”, *Lisboa, a cidade do Messias: bemaventuranças e privilégios materiais na dinâmica da Dinastia de Avis.*

1999, Constância, VII Fórum Camoniano, *Jorge Borges de Macedo, camonista.*

2000, Amsterdão, Third European Social Science History Conference, *Mariages et politique royale au Portugal, au XIVE siècle.*

2000, Poitiers, XV Congresso Internacional da Societé Rencesvals, *Notícia sobre a rota de Santiago no sul de Portugal: os contributos da toponímia em Portalegre e Elvas”.*

2000, Constância, VIII Fórum Camoniano, *Sociedade e minorias. Mentalidades em mudança (Séculos XIII-XV).*

2000, Lisboa, VI Simpósio de História Marítima - Pedro Álvares Cabral, *O exercício da autoridade e da obediência: o caso da armada de Cabral.*

2000, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Colóquio “Brasil - do achamento ao Império”, *Unidade e diversidade do género humano: o testemunho de Pêro Vaz de Caminha.*

2001, Lisboa - IV Colóquio Temático, “As Escalas de Lisboa: morfologias, população, identidades”, *Contributo para a uma leitura social do espaço na Lisboa quatrocentista: o debate sobre a localização das judiarias.*

2001, Guimarães, - III Congresso Histórico de Guimarães - “D. Manuel e a sua época”, *As Visitações Gerais de D. Jorge da Costa. Notícia e breve análise.*

2001, Lisboa - Colóquio promovido pela Casa Pia “D. Nuno Álvares Pereira, o Homem e a sua obra”, *Notas sobre D. Nuno Álvares Pereira.*

2002, Szeged (Hungria), Congresso “As religiões e o papel da Igreja na formação das sociedades da Europa e do Novo Mundo”, *Le rôle de d’Église au*

commencement de la présence portugaise dans l'Afrique du Nord (1ère moitié du XVe siècle).

2003, Batalha, Sessão Comemorativa da Batalha de Aljubarrota, promovida pela Academia Portuguesa da História, *A batalha de Aljubarrota à luz das doutrinas da «guerra justa».*

2004, Lisboa, Academia Portuguesa da História, “I^{as} Jornadas de História do Direito Hispânico, *Um breve exercício de História do Direito dentro da História Geral quinhentista: em torno de uma sentença contra João de Sousa, senhor da Ericeira.*

2004, Porto, Congresso “Portugal e Castela na Idade Média” (Universidade Portucalense), *“Paz vigilante”: um oximoro na política externa eduardina.*

2004, Ericeira, Jornadas “D. Nuno Álvares Pereira: o Homem e a Memória”, *“Desenhar a curva de um destino”: método e justificação para o estudo de D. Nuno.*

2004, Reitoria da Universidade de Lisboa, na Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, *Entre Deus e César: para a definição do estatuto dos judeus em Portugal nos finais da Idade Média.*

2004, Academia Portuguesa da História, Congresso Histórico “O Sebastianismo. Política, doutrina e mito. Séculos XVI-XIX”, *O “rei da Ericeira”: ermitismo e mobilização política num entremez de várias esperanças”.*

2004, Castelo Branco, “Leonardo Nunes: Jornadas Comemorativas dos 450 anos da sua morte”, *Expansão e Missionaçãõ: algumas considerações para a compreensão da obra apostólica de Leonardo Nunes.*

2004, Caldas da Rainha (Instituto Politécnico de Leiria, Curso de *Design*), *A marca franciscana na cultura portuguesa.*

2005, Ericeira, Academia Portuguesa da História/ICEA, Colóquio “O Sebastianismo. Política, doutrina e mito. Séculos XVI-XIX”, *O “rei da Ericeira”: ermitismo e mobilização política num entremez de várias esperanças.*

2005, Ericeira, Academia de Marinha /ICEA, Colóquio “O Mar”, *O mar na geo-estratégia do Portugal medieval.*

2005, Academia Portuguesa da História, Colóquio sobre “O Tempo Histórico de D. João II nos 500 anos do seu nascimento”, *Apontamentos para um sistema de representações do Príncipe Perfeito”.*

2005, Ericeira, VII Curso de Verão, “Portugal, uma «nação situada» - O mar na construção da identidade política de Portugal”

2006, I Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval, Universidade de Brasília, Setembro de 2006), “Poder régio e poder eclesiástico: cooperação e confronto. Um estudo de caso.”.

2007, Portel, Conferências de Portel, Ciclo “Vera Cruz de Marmelar: História, Arquitectura e Arte”, “Para uma geografia de jurisdições na Idade Média: o religioso e o militar na região de Portel”.

2007, Lisboa-Coimbra, II Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval, lição “Para a compreensão da Revolta de Canudos: as matrizes do messianismo político português”.

2007, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, “860 anos da tomada de Lisboa aos Mouros”, “Os vencidos, os vencedores e os outros: uma aproximação aos moçárabes de Lisboa”.

2008, Academia Portuguesa da História, “O dízimo devido ao Comendador de Vera Cruz de Marmelar: algumas questões polémicas”.

2008, III Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval, S. Paulo, “O *ofício de rei* no Portugal quatrocentista. Teoria e práticas de poder”.

2008, Lisboa, Academia de Marinha, “Navegações e Naufrágios nas Costas Portuguesas”, “Piratas, corsários guardiães da cristandade: portugueses no mediterrâneo em meados do século XV”

2008, Lisboa, Instituto Cervantes, Colóquio Internacional “Da Hispânia à Ibéria”, como comentador da mesa da 2ª sessão «De Aljubarrota aos Reis Católico».

2008, Badajoz, Universidade de Extremadura, X Congreso de la Sociedad Española de las Ciencias y de las Técnicas. Encuentro Internacional Europeo-Americano, “Portugal e Castela na reconquista cristã e na partilha do mundo: legitimidades, debates, cedências (1249-1494)”.

2008, Alcobaça/Batalha, VI Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, “Sobre as fronteiras de Portugal na 1ª metade do século XV”.

2009, Lisboa-Coimbra, IV Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval, integrado no Colóquio da Academia Portuguesa da História, “Poder Espiritual/Poder Temporal. As relações Igreja-Estado no tempo da monarquia

(1179-1909), lição “Elementos para a compreensão da vigilância do rei sobre o seu reino: o beneplácito régio”.

2009, Óbidos, Seminário organizado pela Câmara Municipal, **O Valor Universal de Óbidos**, conferência “Roteiros Escritos da História de Óbidos”.

2009, Ericeira, **Comemorações dos 330 anos da fundação da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira**, conferência “Antes das Misericórdias: os hospitais medievais”.

2009, Lisboa, **Colóquio Nuno Álvares, Condestável e Santo**, organizado pela Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa em conjunto com a Academia Portuguesa da História, comunicação “**Uma lâmpada de prata e muito mais. Testemunhos de D. Duarte sobre a santidade de Nuno Álvares Pereira**”.

A proposta que aqui trazemos passa por carrear testemunhos textuais menos óbvios para a construção da imagem de santidade de D. Nuno, em particular os escritos de D. Duarte. Na verdade, ao lermos os textos relativos ao Condestável que podemos classificar como intencionais, deparamos com ideias, propostas, ou reflexões aplicadas à figura em causa, sim, mas que nos soam como já conhecidas, se bem que noutros contextos. E vice-versa: ao ler alguns escritos eduardinos a propósito *de isto e daquilo*, assim como as crónicas de Fernão Lopes e de Zurara, vêm à nossa memória esses discursos intencionais e laudatórios. Não há nada estranho neste facto, se tivermos em conta a gestação da escrita do Eloquentes e a cronologia e métodos usados pelos referidos cronistas.

2009, Lisboa, **Colóquio D. Nuno Álvares Pereira, Guerreiro e Santo**, organizado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, comunicação “**D. Nuno Álvares Pereira: um modelo para «os que têm vida activa»**”.

2010, Santiago de Compostela, **Jornadas Hispano-Portuguesas de Historiografia**, organizadas pelo Comité Español de Ciencias Históricas e pela Academia Portuguesa da História, comunicação “**Vectores para uma descodificação do conceito de “consciência nacional”: discursos e comportamentos do Condestável D. Nuno Álvares Pereira**”.

2010, Valladolid, **Simpósio Agua y Sociedad en la Edad Media Hispana**, org. pela Faculdade de Filosofia e Letras, comunicação “**A propósito da liberdade de pescar num «rio a que chamam Barrosa»**”. O Seminário integra as actividades da equipa de Investigação do Projecto I+D+I (2009-2011) Consenso y conflictos en torno al agua en la Castilla bajomedieval (HAR 2088-01441)

O trabalho que aqui apresentado parte de um texto carregado de informações e de sugestões, de queixas concretas e de doutrina a montante delas...um texto que se tornará pretexto para uma mais larga análise. Usamos um capítulo especial apresentado pelos procuradores de Lamego às cortes de Santarém de 1451, no qual se queixam da ilegal proibição de pescar imposta pelo mosteiro de Recião; queixam-se também da protecção concedida pelo bispo a esses *beguinos*, da qual resulta a quebra do foro laical dos vizinhos da cidade e sentenças de excomunhão. Por isso os procuradores pedem ao rei remédio com justiça, para que todos possam pescar os peixes que Deus lhes dá. Pretexto, pois, para acedermos à formulação jurídica dos Direitos Reais e daí chegarmos à operacionalidade do ofício de reinar como garante e distribuidor dos bens universais com vista ao bem comum dos povos.

2010, Porto Alegre (Brasil) V Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval, “Agoiros, feitiços e outras maravilhas: crença e crítica no Portugal quatrocentista”

Na cronística portuguesa de quatrocentos, assim como em textos legislativos ou de reflexão moral ou política da mesma época, é frequente encontrarmos a alusão a agouros, feitiços e outras maravilhas. Usemos, para já, estas palavras, que nos permitem passar pela astrologia até às práticas divinatórias e mágicas, enfim, por esse vasto campo do maravilhoso.

São estes elementos que nos chegam como simples constatações, ou acompanhados por clara condenações de ordem teológica ou jurídica. Pelo meio fica a fascinante fundamentação da crítica a esse mundo comandado por sinais do céu e da terra. Crítica racional, sem dúvida. Mas veremos *o quê* abriu caminho à razão, e quais as consequências deste processo.

2011, Óbidos, I Simpósio Arte e História na Misericórdia de Óbidos, “Os hospitais medievais como obra de misericórdia”.

2011, XII Simpósio de História Marítima, Academia de Marinha, “«Ar, sol, vento, água e mar»: reflexões sobre o uso de alguns bens no final da Idade Média”.

2011, Sociedade de Geografia de Lisboa, Congresso Internacional “Dom Dinis. 750 Anos do Seu Nascimento”, “Um novo conceito de Estado, um novo conceito de Igreja. Notas sobre as leis de desamortização de D. Dinis”.

Começamos por analisar aspectos da “mentalidade política” em que se inserem as leis de D. Dinis sobre os bens da Igreja. Segue-se o impacto explícito dessa legislação em tempos de consolidação do poder régio na primeira metade do século XV:

2011, Coimbra, VI Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval, “Cristãos da primitiva Igreja: uma aproximação à reforma da Igreja no Portugal quatrocentista”.

2011, Lisboa, Faculdade de Letras, Dionisius Rex. 750 Anos do Nascimento de D. Dinis, “A propósito da posteridade das leis de desamortização de D. Dinis”

2011, Lisboa, IEM, FCSH, “D. Duarte: vivência religiosa e “ofício de reinar”

Resumo - D. Duarte diz querer seguir pela “estrada real” aberta por santos e sábios: caminho de vivência religiosa que, fundamentado na esperança, terminará na salvação.

Os escritos eduardinos revelam-nos a simbiose entre as suas reflexões de índole ascética e o cumprimento do seu ofício.

Palavras-chave – *status*; oração; virtudes; sacramentos; fé e razão, espiritualidade laical.

Abstract – D. Duarte says that he would like to follow the “royal road” opened by saints and wise men: the path of the religious experience that, based on hope, will end on salvation. The Eduardian writings reveal a symbiosis between their reflections of ascetic nature and the accomplishment of their craft.

Keywords – *status*, prayer, virtues, sacraments, faith and reason, laical spirituality.

2012 Março)(, Odivelas, I Congresso Internacional de Odivelas. D. Dinis. *Innovatio*, “As leis de desamortização de D. Dinis: expressão de um regalismo com futuro”.

Resumo –

Começamos por analisar aspectos da “mentalidade política” em que se inserem as leis de D. Dinis sobre os bens da Igreja. Segue-se o impacto explícito dessa legislação em tempos de consolidação do poder régio na primeira metade do século XV:

2012, Portel, Colóquio “A construção do território de Portel. Personagens, espaços e objectos (séculos XIII a XV), “Encontro coberto de luto. D. Duarte e D. Henrique em Portel”

Nas sequelas da desventura de Tânger, o encontro de um rei cujo exército fora vencido com o infante que o comandara; uma capitulação que exigia a entrega de Ceuta em troca da libertação do infante D. Fernando; sentimentos fraternais confrontando-se com razões de estado e com fervor religioso... Esse encontro em Portel, nos primeiros dias de Março de 1438, facilmente proporcionaria um episódio de grande intensidade trágica. Intensidade trágica colhida na narrativa produzida por Rui de Pina, aparentemente inócua na explicitação de perigos e tristezas escritos nas estrelas e anunciados logo no dia em que D. Duarte subira ao trono. Porém, a actual historiografia, não vive em cenários e excepção e de emoção, mas sim em sequências e em contextos.

È Rui de Pina que nos traz até Portel, numa breve referência que exige de nós, historiadores, uma cartografia de fronteiras entre o real e o imaginário do mesmo real. Cabe-nos, pois, pelo recurso ao conhecimento, quer dos percursos no tempo, quer das circunstâncias contemporâneas, renovar a história desse encontro.

2012, Portel, Colóquio “A construção do território de Portel. Personagens, espaços e objectos (séculos XIII a XV), “Pedras por testemunhas: a Comenda de Vera Cruz no espaço rural e urbano da região de Portel” (comunicação lida na ausência forçada no Brasil ///)

2012, Goiás (Brasil), VII ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA MEDIEVAL, - “Espelhos de espelhos... D. Duarte na companhia de D. Alfonso de Cartagena entre a cultura, a moral e a política”, Goiás (Brasil), VII Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval.

Resumo: A longa tradição dos “espelhos de reis”, acrescentada com as obras de D. Alonso de Cartagena, está presente nos escritos de D. Duarte. O monarca assume essas exigências comportamentais, não só para si, mas como modelo para a sua corte e para todos os seus súbditos. Numa didáctica de adequação a cada *status*, as virtudes exigidas aos príncipes são como que redistribuídas, de modo que todos possam contemplar-se nesses espelhos.

2012, Portel, Colóquio “Poderes, Arquitecturas e Evangelização. A construção de uma nova paisagem em Portel (séculos XVI a XVIII), “Pedras por testemunhas: a Comenda de Vera Cruz no espaço rural e urbano da região de Portel”.

Resumo: A demarcação e tombo das propriedades da Comenda de Vera Cruz, realizado em 1633 servir-nos-à de fonte para o conhecimento dos territórios ocupados pela Comenda na região de Portel, quer em termos de localização e de área, quer em termos da produção agro-pecuária e das manufacturas a ela vinculadas. Entre outras formas de

demarcação das propriedades, as pedras erguidas, por vezes encimadas com a cruz de São João, foram convocadas para testemunhar a posse da Comenda, imprimindo um quase “realismo mágico” a essa tarefa de âmbito jurídico-económico.

2013, Academia Portuguesa da História, “Apontamento para a construção do conceito de “consciência nacional” nos discursos e comportamentos de D. Nuno Álvares Pereira”.

2013, Lisboa, VIII ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA MEDIEVAL, “Soberania e vigilância da costa. Da Carta de Doação de Manuel Pessanha ao Regimento de Tomé de Sousa”

Resumo: Intrigas, conexões, enredos... isso de que Paul Veyne, depois de quebrar toda a tradição historiográfica, afirmava restar para a narrativa histórica. Esta comunicação vive de conexões e de enredos entre ideias e práticas de soberania sobre a orla marítima dos territórios de Portugal e do Brasil. Situamo-nos no tempo de D. Dinis e de D. João III, épocas fundacionais desses mesmos territórios.

Continua o projecto (iniciado em 2006) para o Estudo, Conservação e Divulgação da Igreja de São Pedro de Vera Cruz de Marmelar.

2013, Centro de História da Faculdade de Letras, Curso **Heróis e Mitos Medievais**, “Nuno Álvares Pereira

2013, Ericeira, Comemorações dos 500 anos do foral manuelino,
 “Apontamento sobre o foral que D. Manuel mandou «fazer de novo»” ----
 + publicação??

2013, Ericeira, Sessão Cultural Conjunta Sociedade de Geografia de Lisboa / Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, “Bicentenário da celebração do Tratado de Paz e Amizade entre o Reino de Portugal e a Regência de Argel, celebrado em 14 de Julho de 1813”. Mesa Redonda

com António Pedro Vicente, Francisco Contente Domingues e Margarida Garcez Ventura.

2013, Fev, Lisboa, FLL, Congresso Internacional A Violência no mundo antigo e Medieval, “«Piedade e misericórdia» ou a força razoável. Reflexões sobre o tema no contexto medível”, em colab. com José Varandas e Inês Araújo

Resumo

Consideramos fechado o acesso a qualquer estudo sobre a violência antes de tentar entender o conteúdo dessa palavra ou desse comportamento para aqueles homens que sobre ele reflectiram e com ele se confrontaram.

Enquanto historiadores trabalhamos em dois planos: o das constantes da natureza humana, e o da historicidade da apreensão de valores e mesmo de sentimentos. Todavia, não os assumimos como contraditórios, mas sim passíveis de ser decodificados através de testemunhos contemporâneos.

A diversidade de fontes disponíveis permitirá que, para o século XV português, e no concreto das circunstâncias e dos protagonistas, possamos encontrar algumas respostas as nossas interrogações sobre justificações, objectivos e limites do uso da vis.

2013, XIII Simpósio de História Marítima “Nos mares da China”, sem comunicação.

2014 – Franca, Brasil) IX ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS MEDIEVAIS, Escritos e Imagens do Mundo Luso-

Brasileiro (Séculos XIV ao XVIII, “A Justiça no quotidiano: os corregedores do reino “

2015 – CURSO DE VERÃO DE LA GRANDA “A CRONÍSTICA PORTUGUESA RELATIVA AO NORTE DE ÁFRICA: MITOS, PROJECTOS E FACTOS”

2015 – Lisboa, X ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS MEDIEVAIS, “Ceuta, 1415. Portugal em fronteira descontínua”

Resumo: O tema deste Colóquio “Do Reino de Portugal ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” conseguiu suscitar-nos alguma estranheza, como se pela primeira vez nos deparássemos com a realidade de um reino unido, apesar do polémico processo de reconquista (os Algarves) e apesar da separação do mar oceano (o Brasil).

É esta última questão que faz a charneira com Ceuta, isto é, com o plano da sua conquista, com a decisão da manutenção da praça, e com as diversas instituições aí implantadas. D. João I acrescentará à sua titulação “senhor de Ceuta”. Um reino que *é* rei, súbditos, território, fronteira, posicionamento geoestratégico, passado e memória construídos que asseguram projectos futuros. Só que, pela primeira vez, o território é descontínuo. Com todas as dúvidas e superando dificuldades bem conhecidas e debatidas pelos contemporâneos, Ceuta irá funcionar como a primeira prospecção de *exportação do estado* permitindo testar formas de governo à distância para um futuro império disperso pelo mundo.

2015 - Lisboa, Academia de Marinha, XIX Simpósio de História Marítima-Ceuta e a Expansão Portuguesa, **Informação e contra-informação na “empresa de Ceuta”**: a embaixada ao duque da Holanda

2015 – Lisboa, VIII Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – “O possível e o real. Estratégias de dissimulação no projecto da empresa de Ceuta”

2015, Alhos Vedros – **Colóquio “Ceuta, o início da Expansão”**, “Alhos Vedros, 1415: no percurso de uma notável decisão estratégica”.

2016 (Fev), Faculdade de Letras de Lisboa, **Workshop A Propósito de Ceuta**, “Justificação e eficácia da tomada de Ceuta na Cronística de Zurara”.

Resumo: A comunicação vive de duas (quase) teses que, acredito, poderão resgatar-me dos lugares comuns e das banalidades em que facilmente cai o historiador em tempos de comemorações. Assim - e lembrando ainda Paul Ricoeur (*La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*) – procederei à desmontagem das crónicas de Zurara no âmbito que me é tão caro: o das «mentalidades políticas».

As duas teses recolhidas em Zurara, talvez, afinal, se articulem de forma a construir uma só... e não minha, enquanto historiador empenhado em construir uma narrativa em cima da de Zurara, mas sim a tese do próprio cronista, transversal ao seu método de escrita e com vista à formulação do programa político que nos oferece.

A primeira tese que vos trago incide sobre o método expositivo de Zurara, especialmente na fonte-base que é a *Crónica da Tomada de Ceuta* e nos primeiros capítulos da na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. O cronista não escamoteia as dúvidas existentes no reino (porventura no próprio D. João, no início do processo) sobre a “empresa de Ceuta”. Pelo contrário, vai registando inúmeros debates havidos nos seis anos que antecederam a conquista. A segunda tese pode-se formular desta forma: a conquista não só é lícita, mas foi levada a cabo pelos portugueses; ou seja, não por qualquer reino cristão, não por Castela (sempre presente em *sfumatto*), mas por Portugal e antes de qualquer outro. E, como ficou dito, estas duas teses fundem-se numa só: as dúvidas e as opções como que dialeticamente tomadas e narradas a favor da intervenção portuguesa articulam-se com a primazia de Portugal e dos portugueses na conquista da praça magrebina, pois, ainda que poucos, fizeram, fazem e hão-se fazer muito, porque sustentados por Deus.

2016, (Maio) Franca, Brasil, “Produção historiográfica de medievalistas portugueses”, integrada no Ciclo de Estudos “Caminhos historiográficos contemporâneos na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP / campus Franca.

2016– Brasília, XI ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS MEDIEVAIS, O ELOGIO DO CONTRADITÓRIO. REFLEXÕES SOBRE A CRONÍSTICA DE ZURARA

Resumo: Em 2015 celebraram-se os 600 anos da conquista de Ceuta. Fazendo jus à consabida análise de Pierre Nora sobre *locais de memória*, multiplicaram-se os colóquios e congressos. Este trabalho resulta do obrigatório regresso às obras de Gomes Eanes de Zurara: a *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I* e a *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Regresso aliciante pela constatação de que textos conhecidos pela comunidade científica e por nós mesmos ao longo de muitos anos podem revelar novidades. Todo o historiador tem experiência de retirar do tesouro que é a documentação “coisas novas e coisas velhas”, e sabe o valor do questionário, sendo que este depende do historiador, que é um homem e a sua circunstância...

Trago-vos, portanto, um exercício de Metodologia da História articulado em torno de dois eixos descodificados: 1. ao longo do processo narrativo sobre a tomada e a manutenção da praça de Ceuta, Zurara vai apresentando as justificações e as objecções a esse mesmo projecto, através do uso do “contraditório”; 2. os temas presentes, já expurgados de debate, irão constituir, como em trans-memória, *topos* de memória e de consciência nacional.

2016, Centro de História /// História Militar /// *Esforço e engano na arte da vitória em contexto medieval*

Resumo

A presente comunicação é tão somente a reflexão sobre a eficácia do esforço e do engano nas estratégias militares conducentes à vitória. Estamos, ainda, no plano da hipótese de trabalho sugerida por alguma documentação dispersa.

O “esforço” significará tudo o que envolve a preparação de homens e de meios para assegurar o bom resultado de qualquer acção bélica, desde o treino dos combatentes ao conhecimento do terreno ou da praça a conquistar. Trata-se, pois, de um trabalho que se move na realidade quantificável, visível, passível de ser apreendida usada e descrita racionalmente.

Mais complexos serão esses outros elementos muito fluídos, que actuam no plano a que podemos chamar psicológico. Tudo serve para conseguir esses elementos e, por isso, o historiador poderá realizar uma inclusão bem alargada... até à heresia de transformar uma seara num exército, ou um outeiro num castelo.

2016 - – CURSO DE VERÃO DE LA GRANDA - Las alianzas matrimoniales como estrategia de equilibrio político en la Península, “Manter e consolidar a independência política conquistada: Portugal e as suas alianças (Sécs. XII-XIV)

2106, 6 Nov. FLOR DA ROSA / Crato, Revisitar D. Nuno Álvares Pereira

2016, 29 Nov. Lisboa, Curso de Formação - Universidade de Lisboa -

Programa de Formação Universitária para Seniores, ENTRE A PAZ E A

GUERRA, A Paz e a Guerra nos Finais da Idade Média”

2016, Sociedade de Geografia de Lisboa (secção Luís de Camões), 12 Dez.

2016 “O episódio do Velho do Restelo, projectos de Portugal em vozes cruzadas. Uma homenagem a Borges de Macedo”.

2017, Jan. Alcobaça

Colóquio “D. Pedro I, um rei mal conhecido. Nos 650 anos da sua morte (18 de janeiro de 1367)”, a ter lugar no próximo dia 28 de janeiro, no Mosteiro de Alcobaça, Título

De D. Pedro para os séculos vindouros: o beneplácito régio como instrumento de poder

RESUMO: A vigilância imposta pelo rei sobre todos os escritos oriundos do papa, da cúria papal ou de instituições eclesíásticas em geral, a qual ganha visibilidade no reinado de D. Pedro, evolui para uma instituição fundamental na afirmação do poder régio a que chamamos «beneplácito». Em conjunto com outras medidas consideradas gravosas pelo clero, ele vai configurar todo um programa de controle sobre o território e súbditos, indicador inovadores conteúdos do «ofício de reinar».

2017, Fevereiro, CIJVS – Santarém,

Sobre as fronteiras de Portugal: a interpelação do Velho do Restelo

Na fala do «Velho do Restelo», frequentemente interpretada como a expressão da defesa de um Portugal fechado sobre si é, Camões expõe, na realidade, a sua proposta sobre as responsabilidades que Portugal deverá assumir no plano geoestratégico, naquele tempo concreto. Numa Europa dividida, à qual os turcos otomanos apertavam o cerco, Camões interpela o reino para que dê continuidade ao percurso histórico. O episódio chamado «do Velho do Restelo» será, pois, ocasião para revisitarmos algumas linhas de força presentes na História de Portugal, tal como Camões a considerou

Nota: cancelado

2017 (Junho) – *Colóquio de Homenagem a Virgínia Rau, Falar de Mulheres. Investigar e Fazer História*. Esta iniciativa é co-organizada pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e pela Revista Faces de Eva.

Moderador de Mesa

2017 (Junho) *Lisbon Medieval Culture and War. Spaces, Images, Mentalities*, co-organizado pelo CH-ULisboa e pela Universidade de Leeds. Integrou a Comissão Científica

2017, Julho, CURSOS DE LA GRANDA, Grandes vultos (personajes) de Portugal em Espanha y de Espanha en Portugal “Dona Beatriz da Silva, fundadora das Concepcionistas: um projecto de santidade no tempo dos Reis Católicos”.

2017, Nov. Lisboa - – XII Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval, **Notas sobre diplomacia e criptodiplomacia após a derrota de Tânger (1437-1472) – com José Varandas**

2017, Nov., Lourinhã, COLÓQUIO UM ARCEBISPO EM TEMPO DE MUDANÇA, “D. Lourenço Vicente: um arcebispo para um reino”

2.. Cursos, Lições e Conferências

/// não se percebe e # com o 1.

1995, Cascais - 2ºs Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Introdução às comunicações de Maria Helena da Cruz Coelho e Humberto Baquero Moreno “Movimentos Sociais e Poder na Idade Média”.

1996, Ericeira - Colóquio no lançamento de *As águas, os Rios e as Fontes da Ericeira* (Ericeira, Editora Mar de Letras, 1996), *Rituais junto das águas: reminiscências pagãs e cristianismo.*

1996, Ericeira – Sessão de lançamento de *A Vida Quotidiana na Ericeira nos começos da I República vista através da correspondência de Jaime Lobo e Silva para a “Mala da Europa”*(Ericeira, Mar de Letras, 1996), *Convite para descobrir como se pode fazer História.*

1997, Ericeira - Colóquio no lançamento de *Santo António na Ericeira* (Ericeira, Mar de Letras, 1997), *Três lições de uma aventura na História Contemporânea.*

1997, Vila Franca de Xira - Colóquio no lançamento da obra de Guilherme C. Henriques *Subsídios para a História do Concelho de Vila Franca de Xira* (Vila Franca de Xira, Câmara Municipal, 1997), *O protagonista é o concelho.*

1997, Faculdade de Letras de Lisboa - Lição de abertura do ano lectivo do Curso de Mestrado de História dos Descobrimentos, *Um aspecto de continuidade e de ruptura na Europa quatrocentista: a “guerra santa” da Reconquista a Tânger.*

1998, Ericeira - Colóquio no lançamento da obra *Restabelecimento do Concelho da Ericeira - Percurso desde 1855* (Ericeira, Mar de Letras, 1998), *O restabelecimento do concelho da Ericeira - linhas de força e vivência de cidadania.*

1999, Ericeira, I Curso de Verão da Ericeira, *A justificação de um Curso de Verão na Ericeira.*

1999 - Ericeira, Sessão Comemorativa da última reunião da Câmara da Ericeira (Dezembro de 1850), coordenação de mesa redonda.

2000 - Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, palestra integrada no ciclo “Espiritualidade: Práticas e Lugares”, *Santa Maria das Virtudes: diversas temporalidades de um local de devoção.*

2000, Barcelona, Reunião Anual do Comité Catholique International pour les Tsiganes, coordenação de mesa redonda.

2000, Ericeira, II Curso de Verão, *A sociedade portuguesa no tempo de Pêro Vaz de Caminha: aproximação a alguns temas sugeridos pelo próprio.*

2001, Sticna (Eslovénia) - Reunião Anual do Comité Catholique International pour les Tsiganes, *Minorias na Europa Medieval: o caso português.*

2001, Ericeira, III Curso de Verão, *A exploração dos recursos naturais patente nos dois forais da Ericeira.*

2001, Lisboa - comunicação apresentada à Academia Portuguesa da História, *A espiritualidade de D. Nuno Álvares Pereira: uma imagem revisitada.*

2002, Mödling (Áustria), 2000, Reunião Anual do Comité Catholique International pour les Tsiganes, “Les Tsiganes: minorité et mobilité dans l’Europe en devenir”, coordenação de mesa redonda.

2002, Segóvia (Universidade de Valladolid) - *Cristandade e Islão - motivações para a guerra no Portugal quatrocentista* (conferência por ocasião do intercâmbio ao abrigo do Programa Sócrates).

2002, Ericeira - IV Curso de Verão.

2002, Alcântara, Curso de Verão da Universidad de Extremadura, A nobreza lusa refugiada em Cáceres, Zamora e Toro (séculos XIV-XV).

2003, Ericeira, na Conferência de K. David Jackson: “Luís de Camões e a Primeira Edição d’ *Os Lusíadas* (1572), uma introdução ao CD-Rom”, *Tópicos da permanência de Camões na memória de Portugal*.

2003, Lisboa, comunicação apresentada à Academia Portuguesa da História, “Entre o mosteiro e o curso: o testemunho de uma vida aventureira nos começos do século XV”.

2003, Segóvia, Cursos de Verano de 2003 (Universidad SEK), *Notas para a formulação do conceito de “Império português” no tempo de D. Manuel*.

2003, Ericeira, V Curso de Verão, *Viver em comunidade na Idade Média: notas sobre segurança e criminalidade*.

2004, Valladolid, Conferência no âmbito do Programa Sócrates, *D. Duarte e a Paz*.

2005, Ericeira, no lançamento da obra de Maria da Conceição Reis, *São Pedro da Ericeira de 1622 a 1855. Estudo Demográfico* (Ericeira, Mar de Letras, 2005): *Demografia Histórica: conceito e importância para a história local*.

2006, Universidade de Brasília, I Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval, lição “Poder régio e poder eclesiástico: cooperação e confronto”.

2006, Vila Franca de Xira, no lançamento da obra de José Rogeiro *Neo-Realistas de Vila Franca de Xira. Lugares de Memória*, Lisboa, Roma Editora, 2006: “O conceito de «lugares de memória» e o estudo da História Local no processo identitário de *agora cidade-quase-subúrbio*”.

2007, Portel, Ciclo de Conferências de Portel, “Para uma geografia de jurisdições na Idade Média: o religioso e o militar na região de Portel”.

2011, Ericeira, Homenagem a Joana Lopes Alves //do rigor do inquérito linguístico ao sucesso....popular....

2012, Academia Portuguesa da História, Apresentação do Académico Correspondente Brasileiro José Rivair Macedo na sua primeira comunicação à APH

2014, Universidade de Lisboa, IV Curso Livre de Ciência, Tecnologia e Cidadania, “Relações entre a Igreja e o Estado no Portugal Medieval”

2015, Alhos Vedros – **Colóquio “Ceuta, o início da Expansão”,** “Alhos Vedros, 1415: no percurso de uma notável decisão estratégica”.

2015, Mafra/Ericeira, sessão conjunta Academia das Ciências de Lisboa / ICEA, “A propósito de Ceuta: planear, consultar, debater, decidir”.Em representação da APH

2017, MARÇO Lisboa, CÍRCULO EUROPEU (FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA)

“EUROPA E FEDERALISMO”

s. título ---??? A Europa nasce quando o Império cai

2017, Maio, Centro de História da Universidade de Lisboa, VI Jornadas do Grupo de Estudos de Corte e Diplomacia. Diplomacia na Idade Média. “Diplomacia e métodos de dissimulação em duas embaixadas de D. João I”

PUBLICAÇÕES

1. Livros

“Os Lusíadas” e o Poder Político, Lisboa, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de Os Lusíadas, 1973.

Esta obra o prémio para a melhor monografia sobre *Os Lusíadas*, aberto a alunos finalistas das universidades de Portugal e do Brasil, instituído em 1972 pela Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*. Resultado do desenvolvimento do trabalho desenvolvido na cadeira de História de Portugal Moderno e Contemporâneo (leccionada pelo Professor Doutor Borges de Macedo) é um trabalho pioneiro na retoma do estudo do pensamento político quinhentista e camoniano.

João da Silveira - Diplomata Português do século XVI, prefácio de Jorge Borges de Macedo, Lisboa, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1984.

Trata-se da versão impressa (onde se retirou o apêndice documental) da tese de licenciatura defendida em Maio de 1974. Elaborada entre 1972 e 1974 sob a direcção do Professor Doutor Borges de Macedo. Fazia parte do plano de teses que iriam cobrir toda a acção diplomática de D. João III (a dissertação de Maria do Rosário Themudo Barata tinha sido a primeira). O trabalho incide na embaixada de João da Silveira, fundamental para se entender o posicionamento cauteloso de Portugal perante a conjuntura internacional, antes da preponderância da ligação com Carlos V. Fundamental também para se abordarem temas como as represálias, o curso, os métodos de comunicação de notícias nas cortes da Europa e as questões do direito marítimo, entre outros muitos temas.

O Messias de Lisboa - Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415), Prefácio de Martim de Albuquerque, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

Esta é a monografia das Provas de Aptidão Pedagógica e de Capacidade Científica. O conceito de “mitologia política” é aplicado à narrativa produzida por Fernão Lopes sobre o processo de subida ao trono do mestre de Avis. É ainda hoje um livro de referência, quer para mim mesma, quer para os estudiosos da Idade Média, pois que sai de um quase positivismo muito frequente para uma análise integrada de “mentalidades políticas” (na definição do Professor Doutor Armando Carvalho

Homem), não abdicando do rigor dado pela contextualização factual. Será um assunto várias vezes revisitado com aprofundamentos adequados.

Poder régio e liberdades eclesiásticas (1385—1450), 2 Vols, Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1993 (ex. policopiado).

***O Foral da Ericeira no Arquivo-Museu* (coord.), Lisboa, Edições Colibri, 1993.**

Por ocasião da transferência do foral manuelino da vila para o Arquivo da Misericórdia, publica-se este foral, assim como o foral medieval, tendo solicitado a especialistas da Faculdade de Letras estudos de contexto da época medieval, de quinhentos e das circunstâncias que, no século XIX, acompanharam a extinção do concelho da Ericeira.

Chancelaria de D. Duarte, Leitura, sumarização e registo informático, [posto à disposição dos leitores dos Arquivos Nacionais/Torres do Tombo em Jan. de 1995].

Tendo em conta os nossos conhecimentos da chancelaria de D. Duarte, quer em termos paleográficos, quer de conteúdo, o então Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo encomendou-nos o registo em suporte informático do resumo de cada documento constante dos livros da chancelaria eduardina, de modo que, através da inserção de conceitos/palavras chave o investigador pudesse ter acesso rápido a cada documento existente.

***Igreja e poder no século XV em Portugal. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas (1385-1450)*, Lisboa, Edições Colibri, 1997. ISBN 97-8288-91-3**

#####

***A Carta de Pêro Vaz de Caminha* (em colab. com Joaquim Veríssimo Serrão e Manuela Mendonça), Ericeira, Mar de Letras, 2000. ISBN: 972-8379-21-8 (ed. simples) e ISBN: 972-8379-22-6**

Publica-se com este título a nossa dissertação de doutoramento, prescindindo, por razões de ordem editorial, do 2º vol., ou seja, do apêndice documental e dos

quadros. Nela procedemos, em primeiro lugar, à definição, no concreto da época e do lugar, do conceito de “liberdades eclesiásticas”. Desse levantamento teórico se passou ao inventário de todas as matérias que, no plano da norma, da legislação, da prática jurídica e da governança corrente, são passíveis de ser classificadas como relacionadas com as liberdades eclesiásticas, seja para as reclamar, seja para as afastar como tal. Permitimo-nos referir as palavras ditas pelo Professor Borges de Macedo na sua arguição: um trabalho fundamental no plano da história política e das mentalidades.

A Colegiada de Santo André de Mafra (séculos XIV-XVIII). Transcrição paleográfica do Fundo Documental e Estudo Introdutório, Mafra, Câmara Municipal, 2002.

Publica-se este espólio documental, do qual destacamos uma série notável de visitas pastorais, de inventários de ornamentos litúrgicos e de documentos jurisdicionais relativos a Mafra e seu (actual) concelho. Na Introdução enquadra-se a documentação na história da colegiada e da vila de Mafra, valorizando também os aspectos paleográficos e diplomatísticos do espólio. Recebeu o Prémio de História Calouste Gulbenkian - “História Regional e Local” de 2001, instituído na Academia Portuguesa da História.

Estudos sobre o poder (séculos XIV-XVI), Lisboa, Edições Colibri, 2003. ISBN: 972-772-365-9

Tal como se escreve na contracapa da obra, agrupam-se nesta colectânea alguns estudos relativos ao “exercício concreto da governação” régia nas suas “relações de conflito, de compromisso ou de apropriação de funções e de símbolos” .

Santo António, Lisboa, Planeta De Agostini, 2004.

Pretendeu-se traçar uma biografia acessível ao grande público, num exercício didáctico em que se alia rigor da investigação, formulação de hipóteses e simplicidade de exposição. Retomando a grande tradição dos estudos antonianos em Portugal, fazemos apelo a alguns aspectos da nossa própria investigação, valorizando o contexto histórico e mental da época. Recebeu o Prémio Dr. M. P. Laranjo Coelho (2005) instituído na Academia Portuguesa da História.

A Definição das Fronteiras (1096-1297), Matosinhos, Academia Portuguesa da História / QuidNovi, 2006; 1ª ed. 2004 ISBN: ISBN: 989-554-241-0, 2ª ed. 2007 ISBN:978-972-899885-1.; 3ª ed. 2013 ISBN 978-989-8657-23-7

Este trabalho deseja fornecer a informação básica sobre o processo de definição das fronteiras de Portugal: um longo processo, muitas vezes fluído no tempo e nos modos, outras gozando de extrema precisão cronológica e factual. Embora direccionado para o grande público, o estudo em presença não prescinde de fornecer contextos, colocar problemas, perguntar para encontrar respostas ou, por vezes, novas dúvidas.

***Raízes Medievais do Brasil Moderno*, [Actas do II Colóquio Luso-Brasileiro], Coord. Margarida Garcez e José Varandas, Lisboa, Academia Portuguesa História, Centro de História da Universidade de Lisboa, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras de Coimbra, 2008.**

D. Duarte, o Eloquentes, Matosinhos, QuidNovi / Academia Portuguesa da História, 2009 (ISBN: 978-989-554-586-5), inserido em *História dos Reis de Portugal*, Vol. I, Lisboa, QuidNovi / Academia Portuguesa da História, 2010, pp. 491-538. ISBN: 978-989-628-204-2

D. Leonor de Aragão. A Triste Rainha. 1402 (?) – 1445, (em colab. com Julieta Araújo), Matosinhos, QuidNovi / Academia Portuguesa da História, 2011. ISBN: ISBN: 978-989-554-792-0

A Definição das Fronteiras (1096-1297), Matosinhos, Academia Portuguesa da História / QuidNovi 3ª ed. 2013 //// Expresso --- ISBN////??

A Corte de D. Duarte. Política, cultura e afectos, Vila do Conde, Verso da História, 2013. ISBN 978-989-554-958-0 (Prémio Fundação Engº Eugénio de Almeida / Joaquim Veríssimo Serrão, 2014)

Poder e mentalidades políticas (Séculos XIV a XX), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, no prelo (2017)

Título: O episódio do Velho do Restelo: projectos de Portugal em vozes cruzadas. Uma homenagem a Borges de Macedo

Entregue para a revista BRATHAIR edição 2017.2.

Resumo: A propósito do camoniano episódio do Velho do Restelo, trazemos as vozes diacrónicas de Camões e de Zurara sob a égide da análise contemporânea de Borges de Macedo. Através de testemunhos plenos de alternativas e dúvidas, estes homens interrogam-se e interrogam-nos sobre as formas estar no mundo enquanto estado, sobre alianças e conflitos e sobre a capacidade de governar em espaços e tempos dinâmicos.

Palavras-chave: Camões, Zurara, Jorge Borges de Macedo; Islão; Benamarim, Índia.

Title: The episode of Restelo's Old Man: projects of Portugal in cross-voices. A tribute to Borges de Macedo.

Abstract: On the subject of the camonian episode of the Restelo's Old Man, we bring the diachronic voices of Camões and Zurara, under the aegis of the contemporary analysis of Borges de Macedo. Thorough testimonies full of alternatives and doubts, these men question and question us about the ways of being in the world as a state, about alliances and conflicts, and about the capacity to govern in dynamic spaces and times.

Key-words: Camões, Zurara, Jorge Borges de Macedo; Islam; Benamarim, Índia.

“Comentário em forma de Prefácio” à obra de Leandro Alves Teodoro, *Guia dos costumes cristãos* (a publ. na editora da UNIFESP, São Paulo, em 2108)

“De D. Pedro para os séculos vindouros: o beneplácito régio como instrumento de poder”, a publicar nas Actas do Colóquio “D. Pedro I, um rei mal conhecido. Nos 650 anos da sua morte (18 de janeiro de 1367)”, em 2018.

2017, Julho, “Dona Beatriz da Silva, fundadora das Concepcionistas: um projecto de santidade no tempo dos Reis Católicos”, a publicar nas Actas do CURSOS DE LA GRANDA, Grandes vultos (personajes) de Portugal em Espanha y de Espanha en Portugal (2108)

“Notas sobre diplomacia e criptodiplomacia após a derrota de Tânger (1437-1472), em colab. Com José Varandas, a publicar nas Actas do XII Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval (Franca, 2018).

“D. Lourenço Vicente: um arcebispo para um reino”, a publ. nas Actas do COLÓQUIO UM ARCEBISPO EM TEMPO DE MUDANÇA, 2018

2. Estudos e participação em obras colectivas

“Limites e condições do poder político n’Os Lusíadas”, in *Brotéria*, Lisboa, Janeiro de 1972.

Trata-se do primeiro trabalho que publicou, resultante dos estudos efectuados na disciplina de História Moderna de Portugal (regida pelo Professor Doutor Borges de Macedo). Desta investigação decorrerão os trabalhos dois trabalhos seguintes, como primícias dos temas camonianos visitados ao longo de mais de trinta anos e, também, o gosto pelo estudo do pensamento político.

“Função da comunidade política n’Os Lusíadas”, in *Boletim Comemorativo...*, Vila Franca de Xira, 1972.

Os responsáveis pelo Boletim Cultural da vila onde nasceu, ao terem conhecimento do Prémio que lhe fora atribuído, solicitam esta colaboração, que retoma alguns aspectos do anterior estudo.

***Uma época de indefinição do direito marítimo - a embaixada e João da Silveira em França (1512-1530)*, Lisboa, Academia da Marinha, 1984.**

Numa fase de afastamento da produção científica, o Senhor Comandante Soeiro de Brito solicita esta colaboração na Academia de Marinha sobre um tema particular na supracitada dissertação de licenciatura.

Camões e João de Barros, teóricos do poder político, Sep. das Actas da IV Reunião Internacional de Camonistas, Ponta Delgada, 1984.

Ainda na mesma época, retoma-se o tema do pensamento político camoniano. Todavia, através de João de Barros, aprofunda-se o âmbito do pensamento camoniano, integrando-o com mais profundidade do pensamento político português do século XVI.

Um olhar sobre a corte de D. João III, Sep. das Actas das Ias Jornadas de História Moderna, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986.

Meses depois de ingressar na Faculdade de Letras, este trabalho que vale sobretudo pela proposta metodológica: usar as descrições do traje da corte como fonte para conhecimento da política interna e externa de D. João III.

“Ambiguidade da festa na narrativa camoniana da estadia do Gama em Melinde”, in Actas da Reunião Internacional de Camonistas, S. Paulo, 1987 (1995), pp. 163-169.

Num Congresso que marca a minha integração dos circuitos camonianos nacionais e internacionais, trata-se de um estudo que vive da aplicação da análise do conceito de “festa” como imagem e máscara de poder e de violência nos contactos civilizacionais.

O Algarve nos primórdios da Expansão - Um Sermão Milenarista em Lagos (12.VII.1415), Sep. da Revista da Faculdade de Letras, 5ª série, nº 8, Lisboa, 1987 e nas Actas das IIIªs Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia, Loulé, 1992.

Este trabalho incide num episódio particular do percurso messiânico de D. João I, atrás referido, o qual é contextualizado e analisado com mais detalhe.

A lealdade ao Homem - uma perspectiva antropológica para a evangelização nos escritos de D. Duarte, Sep. das Actas do Congresso Internacional “Bartolomeu Dias e a sua Época”, Porto, 1989.

A partir de passagens do *Leal Conselheiro* tentamos chegar à concepção eduardina de “Homem”, na sua dimensão espiritual e temporal, considerando. Em consonância com estudiosos da cultura medieval em Portugal, consideramos tal perspectiva como específica do “humanismo português quatrocentista” e com decisiva influência no nosso relacionamento com outros povos.

Notas para o estudo do pensamento político e relações com a Igreja nos inícios da dinastia de Avis, Sep. das Actas do I Congreso Internacional de la Orden Concepcionista, León, 1990.

Apresentada logo no início da investigação que resultaria na nossa dissertação de doutoramento, esta condensa uma primeira reflexão sistematizada sobre algumas interrogações sobre o relacionamento concreto de D. João I e de D. Duarte com a Igreja.

“As chaves de Deus e da Igreja” - um episódio no reinado de D. Duarte, Sep. das Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Braga, 1990.

Muitos comportamentos de D. Duarte, em aparente contradição com o seu amor filial à Igreja, mas coerentes com a sua concepção de ofício real, irão dar origem a comunicações. Como que as primícias do estudo globalizante que seria a dissertação de doutoramento, este estudo aborda as intervenções eduardinas na questão das excomunhões. O título é retirado de uma queixa apresentada ao papa pelo arcebispo de Braga, na qual se diz que as chaves de Deus e da Igreja estavam nas mãos do rei.

“Cousas d’Ytalia - quelques nouvelles sur les conflits entre Charles V et François Ier dans la cour portugaise (1527-1528)”, in Atti del IV Congresso Internazionale di Studi Storici “Raporti Genova-Mediterraneo-Atlantico Nell’Etá Moderna, Génova, 1990, pp. 501-551.

Com base na imensa documentação coligida para a nossa dissertação de licenciatura (*João da Silveira...*), documentação essa não só inédita, como quase inexplorada, voltámos ao estudo dos conflitos que dilaceravam a cristandade do século XVI, vistos através das informações e contra informações que chegavam à corte de D. João III, nos quais Génova jogava um importante papel.

“Algumas impugnações indevidas de bens do clero situados em reguengos: engano ou talvez não”, in Beira Alta, Vol. L, Fac. 4, (Viseu), Ano 1991, (4º trimestre), [Número especial comemorativo do VI Centenário do Nascimento de El-Rei Dom Duarte (1391-1991)], pp. 453-467.

Com base em “estudos de caso” centrados na região da actual Beira, foi possível detectar um procedimento régio (de D. João I e de D. Duarte) que, no decorrer de posteriores investigações, se veio a revelar habitual: avançar com medidas para o retorno do património à coroa do reino mesmo antes de estar devidamente comprovado que esse património estava ilicitamente nas mãos dos senhores ou da Igreja.

Intervenção do poder régio contra os clérigos concubinários na primeira metade do século XV: obrigação ou pretexto?, Sep. de Estudos em Homenagem a **Jorge Borges de Macedo**, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

Como o título indica, as medidas régias contra os clérigos concubinários foram teorizadas e praticadas como obrigação de “braço secular”. Todavia, a jurisdição régia se usa estas circunstâncias particulares para ganhar território à jurisdição eclesiástica sobre os membros do clero.

“A Dinastia de Avis até à batalha de Alfarrobeira”, sub-capítulo na “Síntese de História de Portugal”, in Grande Atlas Histórico, ed. portuguesa, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1992.

Trata-se de uma síntese do tempo que vai desde a crise de 1383-85 até ao conflito de Alfarrobeira, focando aspectos de natureza interna (senhoralismo, conflitos com a Igreja) e do equilíbrio internacional durante a Guerra dos Cem Anos, com particular incidência nas relações entre os reinos peninsulares.

Algumas reflexões necessárias sobre a intervenção de D. João I nos feitos matrimoniais, Sep. de Amar, Sentir e Viver a História - Estudos de Homenagem a **Joaquim Veríssimo Serrão**, Lisboa, Edições Colibri, 1995.

Depois de percorrer alguns estudos de direito canónico e civil sobre a natureza simultaneamente sagrada e contratual do matrimónio, estudou-se o comportamento das legislação e das justiças régias neste particular, como manifestação, quer da autonomia do temporal preconizada por algumas correntes contemporâneas, quer da intervenção régia (porventura abusiva) nesta matéria.

“Médicos judeus na corte e no reino: a excepção consentida pelo Papa Eugénio IV”, in Actas Simpósio Internacional “Os Judeus e os Descobrimentos”, Tomar, Secretariado do Simpósio, 1992 [1995].

Apesar dos trabalhos já realizados sobre o tema por outros investigadores, é possível a reflexão integrada sobre a factologia, de forma a encontrar uma coerência na política legislativa e processual de determinado período. Foi assim que procedemos, ultrapassando a obsessão de provar a perseguição ou a tolerância em relação à minoria judaica no Portugal tardo-medieval.

“A guerra contra os infiéis comprometida: breve comentário a um memorando de D. Duarte”, in Actas do 2º Congresso Luso-Espanhol sobre

Descobrimientos e Expansão Colonial, Revista Mare Liberum, nº 10, Dez de 1995, pp. 55-59.

No memorando enviado a D. Gomes, abade de Florença, com vários assuntos a requerer ao papa, D. Duarte insere o pedido para que despache favoravelmente a Portugal certas pretensões relacionadas com os bispados de fronteira, a conquista de África e as Ordens Militares, sob pena de declarar guerra a Castela, ficando assim inviabilizada a conquista do Benamarim. Ainda que muito breve, este estudo irá contribuir para o amadurecimento de uma linha de reflexão sobre a guerra e a paz, com futuro nos nossos trabalhos.

Breves notas sobre a institucionalização de permanências numa súplica do povo de Lisboa ao Papa Eugénio IV, sep. das Actas do Congresso Internacional “Pensamento e Testemunho”, Braga, 1996

Estudo incluído na colectânea *Estudos sobre o Poder*. Estuda-se a realidade que é o concelho de Lisboa através da forma como é apresentada ao papa uma petição de indulgências para quem contribuir para a fábrica da Igreja de Santo António. Além do aprofundamento da figura de Santo António, esta petição sugeriu o estudo de toda a zona urbana envolvente, quer a nível de construção, quer da sociologia urbana.

“Notas sobre a memória do rei Ramiro e algumas reflexões sobre uma cláusula dos Votos de Santiago”, Sep. de Clio - Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Nova Série, Vol. 1 1996.

Um texto pouco conhecido permite somar um indicador mais a algo que alguma historiografia tem afirmado: a continuidade jurídica e mental entre a Reconquista e o projecto da conquista de Ceuta.

A Vida Quotidiana na Ericeira nos começos da I República vista através da correspondência de Jaime Lobo e Silva para a “Mala da Europa”, Prefácio de Sérgio Campos Matos, Recolha de Textos e Nota Biográfica de Amadeu Duarte Pereira, Comentário e Índices de Margarida Garcez Ventura, Ericeira, Mar de Letras, 1996. #

As notícias que Jaime Lobo e Silva enviava para um jornal destinado à emigração tomadas como fonte para a história local e mesmo nacional: esta foi a constatação que presidiu ao esforço de publicação desta obra, preciosa a vários níveis, desde o estudo do clima aos fluxos populacionais sazonais, ao fenómeno do nascimento

do “turismo”, e, também, indiciadora de comportamentos sociais locais perante a viragem ideológica dos primeiros anos da República.

“Movimentos Sociais e Poder na Idade Média”, introdução às comunicações de Maria Helena da Cruz Coelho e Humberto Baquero Moreno, Sep. das *Actas dos 2ºs Cursos Internacionais de Verão de Cascais (1995), 2 Vols., Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1996.*

Como o título indica, esta breve comunicação obrigou-nos, depois de inventariar a vasta obra dos medievalistas indicados, a proceder à síntese das respectivas comunicações, direccionada a um público muito vasto.

Galicismo e fidelidade ao papa nos tempos de D. Duarte (1415-1438), Sep. da Revista Portuguesa de História, Tomo XXXI (Homenagem ao Doutor Salvador Dias Arnaut, Volume I), Coimbra, 1996.

Trata-se do reconhecimento de propostas teóricas, legislativas e, sobretudo, de comportamento político, que indiciam dois aspectos (curiosamente) inseparáveis da coroa portuguesa nesse período: a gestão que o rei faz das suas relações com a igreja nacional, gestão quiçá demasiado autónoma e interveniente, e a dependência dos critérios papais, não só em matéria de fé, mas como árbitro da política internacional.

“... E como Pêro Vaz de Caminha descreve a Terra de Vera Cruz”, in *A Carta de Pêro Vaz de Caminha (em colab. com Joaquim Veríssimo Serrão e Manuela Mendonça), Ericeira, Mar de Letras, 2000, pp. 33-56.*

Na busca infrutífera de uma Confraria de Santo António medieval, que a tradição ericeirense afirmava ter existido, deparámos com a proposta do erudito local Jaime Lobo e Silva para a organização de tal confraria. Consciente dos constrangimentos legislativos dos primeiros anos da República, Jaime Lobo e Silva propõe uns estatutos cuja contextualização nos obrigou a estudar a política religiosa da I República e as resistências locais: quem e em que moldes os habitantes da Ericeira obedeciam, ignoravam ou mesmo contestavam aberta e formalmente determinadas medidas contra o ensino e a presença pública do catolicismo.

A cobrança de dívidas à Ordem de Cristo numa carta régia de 1405, sep. de As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa - Actas do II Encontro sobre Ordens Militares, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

No final da Idade Média, acentua-se cada vez mais a vertente senhorial das Ordens Militares, em detrimento da sua componente ascética. Esta é uma afirmação que

recentes estudos têm vindo a produzir com base no levantamento do seu património e jurisdições. Esta comunicação traz uma achega ao conhecimento desse posicionamento da Ordem de Cristo, através da abordagem dos processos consentidos pelo rei para a cobrança de dívidas.

“Guimarães, D. Afonso Henriques e a co-fundação do reino - uma invocação ambígua”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães - “D. Afonso Henriques e a sua época”, Guimarães, 1997, Vol. 6, pp. 111-117.*

Os capítulos especiais de cortes, que, como é sabido, contêm petições ao rei, inserem frequentemente a razão pela qual elas deveriam ser atendidas. Procedemos ao levantamento exaustivo dos capítulos especiais de Guimarães nas cortes medievais, analisando por que razão os procuradores entendiam que os seus pedidos mereciam anuência régia. Verificámos que tais razões são fundamentalmente de ordem prestígio histórico, isto é, tendo em conta o esforço de reconquista associado ao feitos guerreiros do fundador.

“D. Duarte como árbitro do direito de asilo - um caso exemplar”, *Revista de Ciências Históricas*, Vol. XII, Universidade Portucalense, Porto, 1997, pp. 141-146.

Numa instituição em que o espaço sagrado é directamente envolvido, D. Duarte introduz inúmeras excepções de acordo com o seu próprio critério, quer no plano conceptual – tentando que fossem aprovadas na cúria romana – quer no plano do comportamento dos seus oficiais de justiça. Mesmo que *a posteriori* as justiças régias tivessem de recuar, o costume introduzido foi o de limitar a capacidade protectora dos edifícios sagrados, até um extremo inaceitável para os clérigos.

***Restabelecimento do Concelho da Ericeira - Percorso desde 1855*, Prefácio de Margarida Garcez Ventura, Ericeira, Mar de Letras, 1998.**

Organizámos o vasto dossier de documentos em que constam as sucessivas petições para o restabelecimento do concelho, acompanhadas de notas históricas contemporâneas, consideradas justificativas. É uma publicação muito “datada”, pois decorria então outra proposta para a restauração do concelho. No entanto, o prefácio não faz a apologia desse desiderato, naquele momento histórico concreto do país. O livro teve o efeito que pretendíamos: dar visibilidade, com consequências, à “dignidade” e à especificidade sociológica e cultural da vila.

“O vinho e o estatuto de vizinhança de alguns abades do bispado do Porto, ou de como do facto económico se passa à História política”, in *Douro - Estudos & Documentos*, Ano 3, 1998, nº 5, pp. 89-93.

Ser vizinho da cidade do Porto: um estatuto com direitos e deveres vedado, entre outros, à clerezia. Todavia, os homens-bons da cidade abrem excepções tendo em conta o relevo que alguns abades ganharam na produção e comércio do vinho. Expomos este procedimento, que serve também, no plano metodológico, para uma reflexão sobre a transversalidade da História.

***Heresias e dissidências. Regalismo e anti-regalismo no século XV*, Sep. de *Lusitania Sacra*, 2ª série, 10, (1998) e Sep. do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. LIII, 1995 [1999].**

Para além do debate sobre os conceitos de “galicanismo” ou de “regalismo”, este texto incide, em primeiro lugar, sobre o possível inventário de opiniões desviantes: heréticas, heterodoxas ou, simplesmente, dissidentes. Passamos depois à função de detecção e castigo exercida pelo poder régio, por vezes em sintonia com a Igreja como ajuda de braço secular, outras sobrepondo-se às solicitações dos eclesiásticos. Estudo incluído na colectânea *Estudos sobre o Poder*.

***Reflexões sobre a Majestade. O culto do Santíssimo Sacramento nos Livros de Visitações e Pastorais da Igreja de São Pedro da Ericeira*, Sep. da *Revista Didaskalia*, Vol. XXVIII (1998), fasc. 2.**

Estudo incluído na colectânea *Estudos sobre o Poder*. Os bispos ou seus delegados, aquando nas visitas pastorais à igreja de São Pedro da Ericeira durante os séculos XVII e XVIII, insistem quase anualmente no culto do Santíssimo Sacramento, impondo cuidados e preceitos no plano da liturgia, organização do espaço sagrado e alfaias directamente relacionadas com a consagração e adoração do Santíssimo. Trata-se do estudo de um caso que, afinal, se insere no já clássico reconhecimento das ligações entre a contra-reforma e o barroco, mas que, pela análise vocabular, pudemos alargar, estabelecendo a articulação entre barroco, contra-reforma e absolutismo.

***Em torno do cumprimento do preceito dominical pelos pescadores (sécs. XV-XVIII)*, Sep. de *Carlos Alberto Ferreira de Almeida - In memoriam*, 2 vols., *Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1999.**

Na verdade muitas das problemáticas que, ao longo dos tempos, o historiador vai tentando conhecer, são suscitadas por factos seus contemporâneos. Assim aconteceu

com este trabalho, que resulta das questões levantadas pela carta apostólica “Dies Domini” (1998). Na verdade, certos grupos profissionais – por exemplo os almocreves e os pescadores – eram obrigados a horários laborais não coincidentes com a assistência à Missa nos Domingos e dias de guarda. Trabalhámos o grupo profissional dos pescadores do mar e das embocaduras dos rios, usando como fontes preponderantes as Cartas de Visitação referentes a toda a zona costeira de Portugal. Aí se encontram numerosas informações para definirmos o problema, assim como as soluções apresentadas.

Uma reforma para a Ordem de Cristo: breves notas a propósito dos estatutos de D. João Vicente, Sep. das Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 1999.

Estudo incluído na colectânea *Estudos sobre o Poder*. D. João Vicente tenta inverter a progressiva senhoriação e laicização da Ordem de Cristo, propondo uma reforma estatutária de grande exigência ascética. Estudamos o conteúdo dessa reforma e questionamos a razão pela qual ela não chegou a ser implementada.

“... E como Pêro Vaz de Caminha descreve a Terra de Vera Cruz”, A Carta de Pêro Vaz de Caminha (em colab. com Joaquim Veríssimo Serrão e Manuela Mendonça).

Apesar de tão estudada, a famosa carta a D. Manuel pôde ainda suscitar um estudo com originalidade. Valorizámos o *status* e experiência do autor para destacar a observação atenta ao “real” com que se deparavam os homens da armada de Cabral: a realidade geográfica, humana, tecnológica, mental, cultural e religiosa vai emergindo quotidianamente da pena de Pêro Vaz. Efectivamente, destacámos, retirando disso consequências metodológicas, o facto de se tratar de um diário, em que o autor regista dia a dia as suas observações e reflexões, passíveis, por isso mesmo, de serem corrigidas ou corroboradas por acção do tempo que passa. Escrito na crise vivida em Timor antes das eleições – e recordamos o clima emocional vivido então em Portugal – o estudo valoriza também a componente de relacionamento humano entre portugueses e indígenas, conseguido naquele breve tempo.

“Caminhos e Estradas no século XV: dimensão política, intenções régias e problemáticas locais”, III Colóquio de Estudos Históricos Brasil-Portugal - Anais, Belo Horizonte, PUCMINAS, 1997 [2000], pp. 68-87 e Niterói, Rio de Janeiro e Foz de Iguaçu, 1996, pp. 129-151.

Com base no desenvolvimento de notícias sobre a construção de estradas, realizamos o estudo destes casos e relacionamos a problemática das comunicações na Idade Média com uma das marcas da modernidade: a efectiva jurisdição régia sobre o território. Estudo incluído na colectânea *Estudos sobre o Poder*

“Contributo para o *corpus* das quintas do concelho de Vila Franca de Xira - a “Quinta da Granja”, *Boletim Cultural Cira*, nº 8, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal, 1998/1999 [2000], pp. 210-219.

Acompanhamos o percurso histórico desta quinta, desde os tempos medievais até à 1ª metade do século XIX, usando para este último período documentação recentemente incorporada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

“Para o inventário da problemática” Sessão de abertura do I Curso de Verão da Ericeira, “Portugal e a Europa. Raízes e Desafios do Futuro”, *Actas do I Curso de Verão da Ericeira*, Ericeira, Mar de Letras Editora, 2000, pp. 13-16.

Trata-se de uma breve exposição focando dois pontos: por um lado, a importância da presença universitária em iniciativas descentralizadas; por outro, a necessidade de reflectir sobre a posição de Portugal na Europa, ao longo da História e no tempo presente.

***Os coutos de homiziados nas fronteiras com o direito de asilo*, Sep. da *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, Vol. XV, Porto, 1998 [2000].**

O título joga com o facto de os “coutos de homiziados” terem sido fundados nas fronteiras do reino com conclusão a que chegámos de que algumas especificidades de direito a eles inerentes estarem nas margens do “direito de asilo”. As especificidades jurídicas que estudamos dizem respeito aos casos em que criminoso pode ou não pode integrar-se no couto, e se o mesmo criminoso poderia ou não “acoutar-se à igreja”. A autonomia do temporal - tão falada nos finais da Idade Média - sai reforçada com as decisões dos primeiros reis de Avis. Este estudo conseguiu aprofundar a forma de funcionamento concreto das zonas de fronteira, quer do ponto de vista jurisdicional, quer sociológico, quer mesmo económico.

“Os mares no tempo de Camões: elementos e consciência do primeiro sistema mundial”, *Os Mares de Camões - VI Fórum Camoniano*, Coord. de Manuela de Azevedo, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 71-82.

Trata-se de um pequeno estudo de geo-estratégia destinado a um público que, cada vez mais perde o contacto com a História em geral e com a História de Portugal em

particular. Deste modo tornam-se meras figuras de estilo ou mesmo incompreensíveis as afirmações do Poeta quanto à Europa, a cristandade, o sarraceno ou a guerra. Este trabalho tentou fazer a contextualização histórica da obra camoniana. E com êxito, segundo nos foi dito pelos ouvintes, maioritariamente professores do ensino secundário.

A tradição do messianismo na Dinastia de Avis, Sep. de Clio - Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Nova Série, Vol. 4, 1999.

Publicou-se aqui o estudo que foi realizado para um colóquio sobre D. Sebastião. Para este colóquio foi-nos solicitado um estudo sobre os possíveis antecedentes do sebastianismo, pelo que retomámos e desenvolvemos certas linhas de força da nossa anterior investigação.

A Igreja de Santa Maria das Virtudes: diversas temporalidades de um local de devoção (em colab.), Sep. de Via Spiritus - Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso, 7 (2000), Porto, s.d., [2001].

Trabalho apresentado no Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade (Porto), integrado no ciclo “Espiritualidade: Práticas e Lugares”, nele se faz o levantamento documental deste santuário, cruzando-o com o levantamento dos resultados das campanhas de escavação arqueológica. O trabalho documental vive de textos régios e papais, e estuda as razões aduzidas para a fundação do santuário, integrando-as na mais vasta problemática da emergência e funções de espaços sagrados na Idade Média.

“A sociedade portuguesa no tempo de Pêro Vaz de Caminha: aproximação a alguns temas sugeridos pelo próprio”, *Actas do II Curso de Verão da Ericeira, “Da Visão do Paraíso à construção do Brasil”, Ericeira, Mar de Letras Editora, 2001, pp. 57-63.*

De novo nos aproximamos do fascinante texto de Caminha e dos homens portugueses que vivem nas suas páginas. Uma cuidada análise desse texto conduziu-nos ao levantamento de situações políticas, sociais e mentais do reinado de D. Manuel.

“Lisboa, a cidade do Messias: bemaventuranças e privilégios materiais na dinâmica da Dinastia de Avis”, *Lisboa - Utopias na Viragem do Milénio, Actas do III Colóquio Temático, Lisboa, Câmara Municipal, s. d. [2001], pp. 461-469. ISBN: 972-8517-27-0.*

O conceito de “messianismo político”, ou mesmo o de “messianismo” contem a promessa de bem estar material na terra: uma utopia contendo promessas capazes de

mobilizar as massas, como narra Fernão Lopes. Respalado numa longa tradição da teoria política medieval, o cronista descreve Lisboa, não só como partidária do Mestre de Avis-Messias, mas como esposa do messias-rei. Essa condição traz-lhe benefícios de ordem material que os historiadores bem conhecem das doações e privilégios pessoais e colectivos dados aos cidadãos e à cidade. Estudo incluído na colectânea *Estudos sobre o Poder*.

“Sociedade e minorias. Mentalidades em mudança (Séculos XIII-XV)”, *Fim do Milénio, VII e VIII Fóruns Camonianos, Lisboa, Ed. Colibri - Centro Internacional de Estudos Camonianos, 2001, pp. 21-33.*

Com toda a legitimidade, o historiador deixa associar os seus estudos aos problemas actuais. Foi assim que fomos estudar alguns sinais de como a sociedade tardo-medieval lidava com as minorias étnico-religiosas: judeus, mouros e, por fim, com os ciganos. Apesar de muitos lugares comuns da historiografia, afirmámos uma capacidade de convivência que se esbate na tendencial uniformidade do estado moderno e na ameaça turca sobre a cristandade, já bem implantadas no tempo de Camões.

“Jorge Borges de Macedo, camonista”, *Fim do Milénio, VII e VIII Fóruns Camonianos, Lisboa, Ed. Colibri - Centro Internacional de Estudos Camonianos, 2001, pp. 133-143.*

A Última Lição de Borges de Macedo na Faculdade de Letras de Lisboa versou temas camonianos e, na sua vasta obra, inúmeras vezes retorna ao Poeta, sobretudo à sua épica. A metodologia que Borges de Macedo empregou para estudar o conteúdo de *Os Lusíadas* permitiu-lhe desmontar muitos lugares comuns que ideologias várias produziram sobre Camões, que o mesmo é dizer sobre a História de Portugal e sobre a condição do homem como ser histórico. Julgamos poder afirmar que a evolução do pensamento de Borges de Macedo (que começou já a ser estudada) se foi construindo, também, através da aproximação ao “real” proposto por Camões, sendo visível na cronologia dos temas escolhidos e seu tratamento.

Casamentos e política régia em Portugal no século XIV, sep. da Revista Iacobus N°s 11-12, Sahagún (Léon), 2001. Com referee

Um estudo da política externa portuguesa através das escolhas matrimoniais. Trabalho solicitado pela direcção da Revista, e tendo em consideração a recente historiografia portuguesa e espanhola, vale por alguns paralelos estabelecidos com alianças ao nível das grandes casas senhoriais.

“A exploração dos recursos naturais patente nos dois forais da Ericeira”, *Homem, Tempo e ambiente: a Ericeira em Foco - Actas do III Curso de Verão da Ericeira*, Ericeira, Mar de Letras, 2002, pp. 49-56.

A análise do foral medieval e do foral manuelino permite o inventário (e a alteração ao longo de três séculos) da exploração dos recursos naturais e sua inserção no sistema produtivo e fiscal português.

“Notas sobre D. Nuno Álvares Pereira”, publ. interna policopiada pelo Colégio D. Nuno Álvares Pereira (Dez. 2002) como as *Actas* do Colóquio promovido pela Casa Pia “D. Nuno Álvares Pereira, o Homem e a sua obra”.

Uma primeira abordagem pessoal de um tema muito estudado na historiografia portuguesa: a espiritualidade do Condestável.

***Notícia sobre a rota de Santiago no sul de Portugal: os contributos da toponímia em Portalegre e Elvas*, Sep. das *Actas* do XV Congresso Internacional da Sociéte Rencesvals, Poitiers, Centre d’Études Supérieures de Civilisation Médiévale, 2002 e da revista *Iacobus* N° 15-16, Sahagún (Léon), 2003.** Com refere

Utilizando como metodologia a análise da toponímia urbana, assinalam-se dois caminhos secundários e pouco conhecidos da rota de Santiago.

***Fernão da Silveira perante D. João II: o direito à resistência*, Sep. de *Iacobus*, nº 13-14 (vol. especial: *Liber Amicorum* de Ádam Szászdi), Sahagún (León), 2002.** Com referee

Retomamos a carta que o escrivão da puridade escreve ao Príncipe Perfeito, após a conspiração do duque de Viseu. Produzida no exílio em Castela, é uma notável peça de teoria política, muito conhecida mas pouco estudada sob este prisma. Para além das informações sobre o comportamento de D. João II em matéria de política interna e externa, a carta vive das noções de ofício real nas suas origens, funções e limites, do conceito de tirania e, finalmente, do direito de resistência: problemática fundamental perante o avanço do estado absoluto, nomeadamente em Portugal.

“De Fernando Martins a Santo António: uma casa diante da porta da sé”, *Olisipo*, Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”, II série, nº 17, Julho/Setembro 2002, pp. 35-38.

Estudam-se os primeiros anos na vida daquele que viria a ser o nosso maior taumaturgo. Morador na casa paterna, situada na paróquia da sé, Fernando Martins travou certamente relações vizinhança com outros habitantes, cujo *status* apurámos.

“Os oficiais da colegiada de Santo André de Mafra: uma primeira abordagem de cargos e funções”, *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, 3 vols, Porto, Livraria Civilização, 2003, Vol. II, pp. 925-934.

Contrariando a ideia de que já se sabe tudo sobre a nomenclatura e funções dos oficiais medievais, fez-se um estudo casuístico com base na documentação da Colegiada, seguindo a metodologia do homenageado e da sua escola.

A batalha de Aljubarrota inseriu-se numa “guerra justa”, Sep. das Ias Jornadas de História da Vila da Batalha, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2003.

Na época em que se procede à fixação escrita da batalha de Aljubarrota e acontecimentos envolventes, existe já uma larga tradição sobre a “guerra justa”. Analisamos esses escritos, produzidos no contexto nacional dos vencedores, comparando-os com a sua matriz (ou matrizes) jurídico- teológica. Este trabalho insere-se na investigação conducente à lição das Provas de Agregação.

“Um fidalgo português na Carreira da Índia: serviço e narrativa de João da Silveira”, *Actas do V Simpósio de História Marítima. A Carreira da Índia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 263-274.

Estudo incluído na colectânea *Estudos sobre o Poder*. João da Silveira descreve a D. Manuel a viagem que iniciou rumo a Goa em Março de 1516, mas onde só chega cerca de ano e meio depois. É dessa narrativa que retiramos a notícia dos homens que compunham a armada, das circunstâncias em que esses homens actuavam e, finalmente, os processos para a resolução das questões inerentes à convivência dos homens naquelas circunstâncias.

“A guerra como condição para a paz: alguns debates e meios logísticos no Portugal quatrocentista”, sep. da *Revista da Faculdade de Letras*. 5ª série - 2003.

Apesar das tréguas assinadas com Castela, mantinha-se a vigilância da operacionalidade dos meios defensivos e ofensivos, penalizando-se a negligência na manutenção, por exemplo, de castelos e armamento. Com base no conhecimento de um caso de negligência, o nosso estudo desenvolve algumas considerações sobre a paz e a guerra.

Um breve exercício de História do Direito dentro da História Geral quinhentista: em torno de uma sentença contra João de Sousa, senhor da Ericeira,

Sep. das *Actas* das “I^{as} Jornadas de História do Direito Hispânico” (Homenagem ao Académico de Mérito Prof. Doutor José Manuel Pérez-Prendes, Catedrático da Universidade Complutense), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004.

Sendo certo que o homenageado renovou o estudo do Direito através da sua inserção do estudo da História, fazemos a análise de documentos jurisdicionais produzidos nas chancelarias régia e papal, enquadrando as questões aí presentes na história local e do reino.

“Viver em comunidade na Idade Média: notas sobre segurança e criminalidade”, *Actas do V Curso de Verão da Ericeira*, Ericeira, Mar de Letras, 2004, pp. 47-56.

Analizamos a matéria da segurança nos meios rurais e urbanos, tal como ela é considerada na legislação régia, tendo como contraponto a criminalidade patente nas cartas de perdão.

***De Lisboa a Luanda com o bispo D. Manuel de Santa Rita Barros (1861): um testemunho epistolar*, Sep. de *Habent sua fata libelli – Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Número, Doutor Fernando Guedes no seu 75º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004.**

Uma incursão na História contemporânea, sugerida pela posse de uma carta pessoal de um sacerdote que parte para Luanda, a um nosso antepassado. Estabelecida a importância do testemunho epistolar, afinal a descrição da viagem – a ida de um prelado marcante para a Igreja de Angola – levou-nos a completar as fontes históricas habitualmente usadas.

“Um código para a «guerra justa»” (col. com Fernando Cristóvão), in *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia* (anónimo do século XVI), Ericeira, Mar de Letras, 2004, p. 9.

Embora a promoção da edição se deva ao nosso esforço, a nossa intervenção limitou-se depois a uma breve nota, em colaboração com o Professor Doutor Fernando Cristóvão, sobre a relevância de um escrito sobre ética guerreira no Portugal de seiscentos.

***A nobreza lusa refugiada em Cáceres, Zamora e Toro (séculos XIV-XV)*, Sep. de *Symvs Philologvs Necnon Verbovum Imperator. Colectânea de Estudos em Homenagem ao Professor Dr. José Pedro Machado*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004.**

Realizamos o levantamento sequencial dessa gente nobre que circula entre Portugal e Castela, levada pelos fluxos das políticas régias, nas quais a linhagem assume um papel marcante, ainda que contraditório com a progressiva afirmação da soberania régia.

“A «guerra justa»: tradição, doutrina e prática nos inícios da modernidade. O caso português”, Sep. de *HOMO VIATOR – Estudos em Homenagem a Fernando Cristóvão*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

Trata-se do texto da Lição apresentada nas nossas Provas de Agregação, a qual incidiu sobre a tradição doutrinal da “guerra justa”, suas alterações e debates em Portugal nos começos do século XV.

***Contributo para a uma leitura social do espaço na Lisboa quatrocentista: o debate sobre a localização das judiarias*, Sep. da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVI (2002-2003) [2004, Homenagem aos Professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira], Vol. I, pp. 229-240.**

A alteração da hierarquia do espaço urbano lisboeta ocorrida entre os séculos XII e XV; afirmação de que as judiarias não podem ocupar o “melhor lugar”; aparente indiferença da administração régia por esta última questão: são os elementos que constituem este trabalho de história da sociologia urbana.

“O exercício da autoridade e da obediência: o caso da armada de Cabral”, *Actas do VI Simpósio de História Marítima. Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Academia de Marinha, 2004, pp. 187-191.

“Um rei de tão longe obedecido”: segundo Camões, trata-se de um comportamento dos navegadores portugueses. Comportamento que os regimentos definem, que as circunstâncias exigem e que se cumpriu quando a armada de Cabral se detém na Terra de Vera Cruz.

***As Visitações Gerais de D. Jorge da Costa. Notícia e breve análise*, Sep. das *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães - “D. Manuel e a sua época”*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004 e in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, 4 vols., Porto, Faculdade de Letras, 2006, Vol. 3, pp. 201-225.**

Estuda-se a “fortuna histórica” e o conteúdo de um texto de enorme influência em posteriores admoestações e exigências contidas em cartas de visitação e outros textos pastorais. O Cardeal deapedrinha mostra aqui a sua quase ignorada faceta de pastor de

almas, atento às necessidades de ensino, disciplina, renovação paroquial e litúrgica, fomento da piedade e da erudição entre o clero... e tantas outras questões que a “reforma” luterana irá agudizar.

“Nota prévia”, in *Atlas de Fernão Vaz Dourado* (ed. Fac-similada), Lisboa, Editora Poseidon/Caixa Geral de Depósitos, 2005, pp. 1-7.

As breves páginas que nos foram solicitadas foram usadas para inserir a obra de Fernão Vaz Dourado na tradição cartográfica de Portugal e para valorizar o contributo desses cartógrafos para no conhecimento e registo quantificado e positivo do mundo.

O “rei da Ericeira”: um entremez de várias esperanças, Sep. do Colóquio O Sebastianismo. Política, doutrina e mito (Sécs. XVI-XIX), Lisboa, Edições Colibri/Academia Portuguesa da História, 2005, pp. 215-247.

Depois da apresentação do “estado da questão”, deste trabalho resulta uma primeira integração da sedição de Mateus Álvares no conjunto das correntes antonistas que se relacionaram com manifestações pseudo-devotas ou pseudo-místicas.

“O papel da Igreja no início da presença portuguesa no Norte de África (Ceuta e Tânger)”, *Il ruolo delle religioni e delle chiese nella formazione della società in Europa e nel Nuovo Mondo*, Editore István Eördögh, Szeged, Vallástörténeti Akadémia Közhasznú Alapítvány, 2005 [2006], pp. 131-142.

É um trabalho que resulta de uma palestra proferida perante um público que desconhece quase por completo a História de Portugal. Trata-se, pois, de um texto muito didático, que recolhe o resultado de uma vasta produção, na qual também temos marcado presença. A “Igreja” é desenvolvida nas suas várias vertentes.

“Apontamentos para um sistema de representações do Príncipe Perfeito”, *O Tempo Histórico de D. João II nos 500 anos do seu nascimento*, Actas do Colóquio, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2005, pp. 101-115.

Uma vez mais retomamos a análise do pensamento político dos finais do século XV, pondo em destaque as diversas correntes e, sobretudo, mostrando como D. João II forçou a construção teórica acerca do poder régio através da sua estratégia de poder.

“Portugal, uma «nação situada» - O mar na construção da identidade política de Portugal”, *O Mar. Regresso ao futuro*. Actas do VII Curso de Verão da Ericeira, Ericeira, Mar de Letras, 2006, pp. 45-56.

Desenvolve-se aqui a ideia do mar como alternativa à pressão da fronteira terrestre exercida por Castela sobre o reino de Portugal: o mar como meio de desenvolvimento geo-estratégico e económico de um pequeno reino.

“Entre Deus e César: para a definição do estatuto dos judeus em Portugal nos finais da Idade Média”, *Caderno de Estudos Sefarditas*, nº 5, 2005 [2006], pp. 63-73.

O estatuto dos judeus nos reinos medievais não pode ser equacionado sem se ter em conta a concepção de poder régio aí praticada, sobretudo no que diz respeito às suas relações com a Igreja. A afirmação de um poder régio sem superior na ordem temporal pode levar – e assim sucedeu em Portugal – a que a sua legislação considere os judeus tão somente como súbditos do monarca, isto é, sujeitos à jurisdição do rei e não à eclesiástica, muito embora com deveres e direitos particulares, como aliás sucedia a muitos estamentos da sociedade. O nosso texto lembra algumas leis nesse sentido, relacionando os fundamentos aduzidos com alguns princípios elaborados por São Tomás de Aquino.

“Breve nota para o estudo das teorias políticas na época das *Comunidades*: um texto de D. João III”, *Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A. Marques de Almeida*, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp. 481-485.

Novamente abordamos um problema de teoria política quinhentista, fazendo-o através do contributo para o aprofundamento dessa questão tão grave que se colocou a Carlos V, e que envolveu a política externa portuguesa.

“Elementos para a formulação do conceito de «Império português» no tempo de D. Manuel”, *Boletín de la Academia Puertorriqueña de la Historia*, Vols. XXII-XXIII, Jan. 2002-Julho 2003 [2007], N. 63-64-65-66, Homenaje a Manuel Ballesteros, Vol. I, pp. 245-256.

Retomamos alguns trabalhos sobre o tema, colocando a tónica nas questões do universalismo e da perspectiva messiânica.

“Poder régio e poder eclesiástico: cooperação e confronto”, *Actas da VI Semana de Estudos Medievais. I Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval*, Brasília, Universidade de Brasília, 2007, pp. 79-96.

Nos começos de 1462 D. Afonso V ordena aos juizes que inquiram junto dos párocos, abades e outros com cura de almas, os homens e mulheres maiores de dez anos se tinham confessado pela Quaresma, caso contrário, ordenava a sua prisão. O arcebispo

de Braga escreve a D. Afonso V, lembrando ao rei as suas competências, que não passavam pelo cuidado das almas e relembrando toda a doutrina sobre a separação de poderes. O nosso trabalho revê toda essa teoria e as circunstâncias vividas na primeira metade do século XV (tendo em conta o público a que se dirigiu), insistindo na lição do arcebispo sobre a liberdade de consciência dos fiéis.

“Paz vigilante: um oximoro na política externa eduardina”, O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos, Coord. de Avelino de Freitas de Meneses e João Paulo Oliveira e Costa, 2 Vols, Lisboa / Ponta Delgada, Universidade dos Açores / Centro de Estudos de Além Mar, 2007, Vol I, pp. 91-97.

É o último dos trabalhos de um ciclo a que poderíamos chamar “da paz e da guerra”. Uma carta de Eugénio IV enviada a D. Duarte dá-nos conta de que ele teria escrito ao papa exortando-o a promover a paz entre a França e a Inglaterra. Tal epístola permite dar coesão a várias iniciativas régias a favor da paz, tornando ainda mais curiosa a ameaça, quase simultânea, de declarar guerra a Castela.

Para uma geografia de jurisdições na Idade Média: o religioso e o militar na região de Portel, Sep. da revista IACOBVS, Sahagún (León), nº 21-22 (2006) [2007, Homenagem a Humberto Baquero Moreno]. Com referee

Vejamos o título: o religioso e o militar. Quem são os protagonistas? Pelo lado “do religioso” apostaríamos na Igreja, mas não será demais lembrar que os reis, na doutrina medieval sobre o poder, são também vigários de Deus...; pelo lado “do militar”, mencionaríamos reis e senhores. Mas, na Igreja medieval, o temporal é senhorial e frequentemente militar, pois apesar das proibições canónicas o clero secular e regular usa a força das armas, na medida exacta da sua também condição senhorial. Rei, Hospitalários, bispo e cabido de Évora partilham – ou sobrepõem as suas jurisdições nesta região de fronteira, num tempo também “de fronteira” que é o reinado de D. Afonso III.

“Os bons clérigos recebem boas mercês”: apontamento para o estudo das doações régias à Ordem de São Domingos nos inícios da Dinastia de Avis, Sep. de Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata, Lisboa, Centro de História/Caleidoscópio, 2007.

A documentação eduardina referente a mercês de vários tipos a pessoas e instituições religiosas permitiu-nos constatar a selectividade na sua atribuição. Assim, as doações realizadas, quer de bens de raiz, quer de esmolas anuais em dinheiro pago nos almoxarifados, dirigem-se aos Franciscanos, Dominicanos, Pobres da Serra de Ossa, alguns mosteiros Beneditinos e às recentes comunidades de Jerónimos e de Cónegos de

São João Evangelista. Desses destacamos agora os Dominicanos sem que tal signifique qualquer hierarquia no recebimento de mercês, aliás difícil de definir com rigor. Interessou-nos ir traçando um inventário de condições para o favor régio, pois através dele chegamos a um dos modelos de clerezia preconizados por D. Duarte.

“Deambular com D. Duarte pelas casas do nosso coração”, *CLIO*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, 16/17, 2008, pp. 305-313. ISBN: 0870-4104

“... eu considero no coração de cada um de nós cinco casas, assim ordenadas como costumam senhores...”. Situamos estas palavras de D. Duarte entre a reflexão espiritual e a descrição das moradas senhoriais e régias, entre a mística e o espaço construído. Um *deambular* que nos leva, também, aos fundamentos do prestígio da realeza como um dos eixos da modernidade.

O dízimo devido ao Comendador de Vera Cruz de Marmelar: algumas questões polémicas, Sep. da Revista Filermo, Vol. 10, 2006-2007 .

Este trabalho explora uma das linhas de força que resultaram do estudo do Tombo da Comenda da Ordem de Malta, datado de 1633. Uma dessas problemáticas é a do pagamento do dízimo das propriedades da Comenda de Vera Cruz, o melhor, se este era pago ao bispo (ou arcebispo) de Évora ou ao comendador. Embora este tema pareça adscrito à história económica, podemos considerá-lo também da história social, ou da história política, ou da história do direito, ou mesmo da história das mentalidades. Saber a quem os foreiros das propriedades da Comenda de Vera Cruz deveriam pagar o dízimo equivale a conhecer, afinal, as relações de poder entre duas instituições “do sagrado” presentes na região - o bispado e a Comenda – e a respectiva interacção com as populações.

“Para a compreensão da Revolta de Canudos: as matrizes do messianismo político português”, *Raízes Medievais do Brasil Moderno*, [Actas do II Colóquio Luso-Brasileiro], Lisboa, Academia Portuguesa História, Centro de História da Universidade de Lisboa, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras de Coimbra, 2008, pp. 261-277. ISBN: 978-972-624-173-7

Fixamo-nos nas semelhanças que se nos impõem entre a narrativa de Fernão Lopes a respeito do Mestre de Avis, em breve rei D. João I (Portugal na passagem do século XIV para o século XV) e o que sabemos das pregações e seguidores de António Conselheiro (Brasil, Ceará, finais do século XIX): o apelo de um profeta; a crença num chefe devotíssimo que equiparado ao Mestre Divino; os respectivos seguidores tratados em paralelo com os seguidores de Cristo; um local geográfico que se converte em Jerusalém (terrestre? celeste?); as movimentações de massas populares prontas a morrer, porque conduzidas pela esperança de felicidade e de bem-aventurança que começaria logo... em Lisboa ou no arraial de Canudos. A morte ignominiosa de António Conselheiro e o massacre dos seus fiéis levadas a cabo pelo poder do Estado contrasta, na crise de 1385, com a glória do Mestre, a prosperidade dos que o seguiram, a inserção dos revoltosos nesse mesmo poder. De comum, ainda e sobretudo, a força agregadora e mobilizadora do maior mito: o da esperança na liberdade e na felicidade.

Enciclopédia de Estudante, (Colabor.) 15 Vols., Carnaxide, Santillana Constância, 2008, Vol. 15, *História de Portugal*, Bloco 2 (Idade Média), pp. 44-109.

A administração de capelas na 1ª metade do século XV: breves notas a propósito da capela de João Silvestre na sé de Braga, Sep. de IACOBVS, Sahagún (León), 23-24 (2008). Com referee

A palavra “capela” significa, neste trabalho, as funções piedosas de sufrágio sustentadas por rendas destinadas aos sacerdotes celebrantes. Estão presentes, pois, dois níveis de realidades: o profano, que é o dos bens materiais, e o sagrado, que é o da salvação da alma. É desta conjugação de planos que resulta a ambiguidade sobre a competência da sua administração. A intervenção régia está plenamente justificada dentro de uma determinada concepção do poder real. Por isso a pequena análise agora apresentada não se deverá perder em casuísticas insignificantes, mas pode e deve inserir-se numa estratégia coerente do poder real que se quer afirmar em diversas frentes. Através dessa estratégia o rei afirma o seu dever e o seu direito de zelar pela salvação do povo que lhe foi confiado por Deus e a sua absoluta soberania sobre todos os assuntos do foro económico. Tais direitos e deveres implicam, neste caso, a vigilância sobre a administração de bens de raiz, a par da vigilância sobre o cumprimento dos actos de culto instituídos.

Tombo da Comenda da Vera Cruz. Nota introdutória e transcrição (I),

Separata de *Filermo*, Publicação da Assembleia Portuguesa dos Cavaleiros da Ordem Soberana e Militar de Malta, Vol 11, 2008 [2009].

Este trabalho foi realizado no âmbito do Projecto para o Estudo, Conservação e Divulgação da Igreja de São Pedro de Vera Cruz de Marmelar. Trata-se do Tombo da Comenda encomendado pelo Comendador Frei Jerónimo de Brito de Melo, e concluído em 1633. A transcrição do texto foi valorizada com uma Introdução e com índices que revelam a grande riqueza deste tomo para o estudo da história da Ordem e da região de Portel em vários planos, nomeadamente o da organização do espaço agrícola e urbano. Pela sua extensão foi publicado neste número da revista *Filermo* e no número que se segue.

“Os vencidos, os vencedores e os outros: uma aproximação aos moçárabes de Lisboa”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 126^a – N^{os} 1-12 (Jan.-Dez.) 2008, pp. 32-50.

Em tempo de lembrança do 860^o ano da tomada de Lisboa, lembramos o vai e vem do poder político de muçulmanos e de cristãos na Península Ibérica e na cidade. Tentaremos assim uma aproximação a essa gente entre dois mundos, gente de identidade híbrida, que são os moçárabes. Tal como o título indica iremos falar nos vencedores e nos vencidos de 1147, isto é, usando categorias de tipo religioso muito simplificadas, nos cristãos que vencem e nos muçulmanos que foram vencidos. Mas então, como sempre, a história não se vive *a preto e branco*. Por isso teremos de lembrar *os outros*: são eles os mouros e os judeus; são também os cristãos que permaneceram na sua fé vivendo submetidos ao domínio político do islão - ditos moçárabes -, no caso de Lisboa, desde os finais do século VIII. Esses cristãos reencontrariam então a coincidência entre a sua religião e a dos detentores do poder político-militar. Todos eles – gente judia, moura ou moçárabe - não acompanham as grandes marés de vitórias e derrotas que configuraram o mapa político da península medieval, obrigando-nos a repensar a verdadeira estratégia dos conquistadores. Para breve reflexão escolhemos somente os moçárabes, como identidade de charneira – gente entre dois mundos - entre vencidos e vencedores. Distinguimos, por motivos óbvios, os moçárabes de Lisboa e, com base nas escassas fontes disponíveis, tentaremos entender

os seus contactos com os conquistadores de 1147 e a sua posterior situação. Nota: Este trabalho foi apresentado no Colóquio “860 anos da tomada de Lisboa aos Mouros”, realizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em Outubro de 2007. Não se publicaram as respectivas Actas.

Um texto de D. João III sobre as Comunidades: pretexto para breves reflexões sobre teoria política quinhentista, Sep. de Estudos em Memória do Professor Doutor Mário de Albuquerque, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 2009.

A 5 de Fevereiro de 1522 D. João III entrega João da Silveira, seu embaixador junto de Francisco I de França, um regimento, produzido nas circunstâncias concretas dos novos equilíbrios europeus dos começos do século XVI e da definição de Portugal nesse equilíbrio. Consideramos fascinantes estes instrumentos, como textos que procuram dar orientações eficazes e favoráveis em contextos de grande incerteza. O *item* sobre o qual nos debruçamos coloca a hipótese de o embaixador ser questionado sobre a razão do auxílio militar e financeiro prestado por D. Manuel a Carlos V, quando Portugal estava em boas relações com a França e este reino em guerra aberta com o imperador. A resposta que D. João III ordena consigna uma verdadeira teorização sobre várias questões de teoria política: auxílio devido aos reis legítimos, fidelidade dos súbditos, avaliação dos danos de conflito entre cristãos...

“Elementos para a compreensão da vigilância do rei sobre o seu reino: o beneplácito régio”, in Poder Espiritual/Poder Temporal. As relações Igreja-Estado no tempo da monarquia (1179-1909). Actas do Colóquio, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2009, pp. 441-449. ISBN: 978-972-624-180-5

-..... dizer que faz parte... do IV Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval
- Lx

“Sobre as fronteiras de Portugal na 1ª metade do século XV”, in VI Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas, 2 Vols, s. l., 2009, Vol. II, pp. 159-167.

A alternativa geo-estratégica de que a fala do Velho do Restelo incorpora tem fortes raízes na península ibérica durante toda a Idade Média, em particular na primeira metade do século XV. Onde fica a fronteira de Portugal, isto é, qual a linha, ou melhor, a área que garante a segurança do reino? Mais: qual e área onde se esgota a responsabilidade de Portugal na segurança da cristandade? Mais do que elementos novos, o que pretendemos trazer é uma reflexão sobre estes temas, fundamentos para a identidade, para a guerra e para a paz.

Tombo da Comenda da Vera Cruz. Nota introdutória e transcrição (I), Separata de *Filermo*, Publicação da Assembleia Portuguesa dos Cavaleiros da Ordem Soberana e Militar de Malta, Vol 11, 2008 [2009].

Tombo da Comenda da Vera Cruz (1633), Separata de *Filermo*, Publicação da Assembleia Portuguesa dos Cavaleiros da Ordem Soberana e Militar de Malta, Vol 12, 2009 [2010].

Tombo da Comenda da Vera Cruz. Índice remissivo. Separata de *Filermo*, Publicação da Assembleia Portuguesa dos Cavaleiros da Ordem Soberana e Militar de Malta, Vol 13, 2010 [2011]. Atensão //////////////////////////////////////

“O *ofício de rei no Portugal quatrocentista. Teoria e práticas de poder*”, in *O Portugal Medieval. Monarquia e Sociedade*, Org. Carlos Nogueira, São Paulo, Alameda, 2010, pp. 125-141. ISBN: 978-85-7939-022-7.

Este trabalho insere-se no III Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval, que teve lugar na Universidade de São Paulo (Cátedra Jaime Cortesão) em 2008, embora esta informação esteja omissa no frontispício da edição. O século XV português abunda em textos sobre rei e seu ofício. Muito mais do que fontes indirectas

– alusões, por exemplo, em capítulos de cortes ou em proémios de tratados internacionais – possuímos textos de teoria política produzido pelos próprios agentes do poder régio ou por gente que lhe estava muito próxima. Referimo-nos à chamada literatura de Avis e a textos solicitados ou dirigidos directamente a estes. Todavia, não é em textos normativos que vamos centrar o nosso trabalho. Recusaremos a teoria política proclamada, ultrapassaremos a velha querela entre ideias e actuação política para, através da *praxis* da governança, entender o que os príncipes e seus povos consideravam ser os seus deveres de ofício.

Procuraremos indicar a interacção do poder régio com os outros poderes: concelhos, nobreza e, sobretudo, com o poder eclesiástico. Procuraremos também entender que deveres os reis consideravam assumir no contexto da cristandade, quer do ponto de vista interno, quer na geoestratégica face ao islão.

É, pois, um estudo que procura respostas para além da imagem construída.

“Portalegre e Elvas no Caminho de Santiago”, in *Itinerante*, nº 3, Julho-Out. 2010, pp. 46-47.

Em versão para o grande público e inserido no conhecimento dos percursos pedestres no Ano Jacobeu, retoma-se o trabalho realizado em 2000.

Navegadores, piratas, corsários, guardiães da cristandade: portugueses no mediterrâneo em meados do século XV, Sep. de *IACOBVS*, 27-28 (2010), pp. 119-128.

Com referee

“«Quando os Frades Fazem História»”, resenha bibliográfica, *IACOBVS*, 27-28 (2010), pp. 379-386. Com referee

Breve notícia da obra que reúne edição de textos e estudos sobre a cronística produzida nos mosteiros, promovida pelo Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade

“Uma lâmpada de prata e muito mais: testemunhos de D. Duarte sobre a santidade de Nuno Álvares Pereira”, in *Revista Portuguesa de História do Livro*, Ano XIV, Vol. 27 (2011), pp. 243-271. ISSN: 0874-1336. Com avaliação externa.

A proposta que aqui trazemos passa por carrear testemunhos textuais menos óbvios para a construção da imagem de santidade de D. Nuno, em particular os escritos de D. Duarte. Na verdade, ao lermos os textos relativos ao Condestável que podemos classificar como intencionais, deparamos com ideias, propostas, ou reflexões aplicadas à figura em causa, sim, mas que nos soam como já conhecidas, se bem que noutros contextos. E vice-versa: ao ler alguns escritos eduardinos a propósito *de isto e daquilo*, assim como as crónicas de Fernão Lopes e de Zurara, vêm à nossa memória esses discursos intencionais e laudatórios. Não há nada estranho neste facto, se tivermos em conta a gestação da escrita do Eloquentes e a cronologia e métodos usados pelos referidos cronistas.

Portugal e Castela na reconquista cristã e na partilha do mundo: legitimidades, debates, cedências (1249-1494), in *Signum on line*, (Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais) 2011, vol. 12, n. 1, pp. 126-146 (ISSN: 2177-7306) e Sep. da Revista *Iacobus* N°s 29-30, Sahagún (Léon), 2011. **Ambas com referee**

Este trabalho é uma reflexão sobre questões de sempre, isto é, questões que, despidas das roupagens das suas concretas circunstâncias, são permanentes e, portanto, actuais. Essas questões são, na sua essência, questões de poder. Mais concretamente, de poder político, militar, económico e mental sobre determinadas áreas. Que territórios estão em jogo? Que estados - ou reinos - se assumem com direitos? Quais as justificações aduzidas? Que estratégias enquadram as cedências? Que autoridade arbitral sustenta pretensões? Os protagonistas trazidos são Castela e Portugal. Não só por óbvia adequação ao tema do Colóquio, mas porque, na realidade, Castela e Portugal protagonizam durante muitos séculos e em vários cenários geográficos situações continuadas de competitividade territorial.

“A espiritualidade de D. Nuno Álvares Pereira: uma imagem revisitada”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 3ª série, Vol. 2, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2011, pp. 691-709.

“Agoiros, feitiços e outras maravilhas: crença e crítica no Portugal quatrocentista”, in *A Idade Média Portuguesa e o Brasil. Reminiscências, transformações, ressignificações*, Org. José Rivair Macedo, Porto Alegre, Vidrágua, 2011, pp. 93-106. ISBN 978-85-62077-07-4

“Pierre David” e “Domingos Maurício Gomes dos Santos”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses- Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo* (Coord. Sérgio Campos Matos, Centro de História da Universidade de Lisboa)
http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_david.htm;
http://dichp.bnportugal.pt/historiadores_estr.htm;
<http://dichp.bnportugal.pt/imagens/historiadores.pdf>; http://serre-nerpol.sud-gresivaudan.org/SIT_MINI_CODEENTREE/SIT_MINI_URL/5663-portrait.htm.

“As «Leis Jacobinas». Estudo e transcrição”, *Medievalista* [em linha]. Nº 12 (Julho – Dez. 2012). Com refere. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12\ventura1203.html> ISSN 1646-740X

Resumo:

Como noutros reinos da cristandade, também o rei português, recorrendo tanto à fundamentação teológica como ao direito romano, considerava ser seu direito e dever exercer jurisdição sobre muitos casos que o clero tinha como exclusivamente seus. Apresentamos um breve comentário às chamadas “Leis Jacobinas” (Nov. 1418-Dez. 1419), simultaneamente testemunho e acelerador da polémica entre o poder régio e a Igreja nos finais da Idade Média.

Publicamos também uma releitura de um dos treslados das “Leis Jacobinas”.

Palavras-chave: Poder secular, relações Igreja-Estado, iberdades eclesiásticas, direito romano, Bártolo de Sassoferrato.

Abstract

As in another realms of Christianity, also the portuguese king, using both the theological reasons as the roman law, considered his right and duty to exercise jurisdiction over many cases that the clergy had as exclusively theirs. Here is a brief comment on the socalled “Leis Jacobinas” (Nov. 1418-Dec. 1419), simultaneously trigger and witness of the controversy between the Church and the royal power in the late Middle Age.

We also publish a new reading on one of the transcriptions of these laws.

Key-words

Secular power, Church-State Relations; Ecclesiastical freedoms; roman law; Bartolo of Sassoferrato.

“Representações de modelos clássicos militares no rei medieval português” (em colab. com José Varandas e Inês Meira Araújo), in *História* (São Paulo, UNESP), Vol. 31, Julho de 2012. [em linha]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742012000100004>.

Resumo: Perante o tema geral que nos foi proposto – “representações do masculino” – o assunto do nosso trabalho é como um refúgio, uma espécie de santuário. Assim, entrincheirámo-nos na *rei militaris*, exclusiva do género masculino, e na representação do rei como paradigma. Rei e reino formam a mesma matéria, construída pela força das armas e garantida na suprema representaçãoi dos poderes régios. A imagem do rei medieval português, plena de futuras potencialidades, contém em si o modelo e a substância afirmada na longa evolução das monarquias da Antiguidade.

Palavras-chave: rei; representações; guerra; poder; género

“A propósito da liberdade de pescar num «rio a que chamam Barrosa»”, in *Agua y sociedad en la edad media hispana*, coord. Maria Isabel del Val Valdivieso / Juan Antonio Bonachia Hernando, Granada, EUG, 2012. ISBN 978-84-338-5463-6, pp. 413-428.

Resumo:

O trabalho que aqui apresentado parte de um texto carregado de informações e de sugestões, de queixas concretas e de doutrina a montante delas...um texto que se tornará pretexto para uma mais larga análise. Usamos um capítulo especial apresentado pelos procuradores de Lamego às cortes de Santarém de 1451, no qual se queixam da ilegal proibição de pescar imposta pelo mosteiro de Recião; queixam-

se também da protecção concedida pelo bispo a esses *beguinos*, da qual resulta a quebra do foro laical dos vizinhos da cidade e sentenças de excomunhão. Por isso os procuradores pedem ao rei remédio com justiça, para que todos possam pescar os peixes que Deus lhes dá. Pretexto, pois, para acedermos à formulação jurídica dos Direitos Reais e daí chegarmos à operacionalidade do ofício de reinar como garante e distribuidor dos bens universais com vista ao bem comum dos povos.

Fontes principais usadas: capítulos de cortes e ordenações do reino.

“Cristãos da primitiva Igreja: uma aproximação à reforma da Igreja no Portugal quatrocentista”, in *Raízes Medievais do Brasil Moderno. Ordens Religiosas entre Portugal e o Brasil*, (Coord. João Marinho dos Santos e Manuela Mendonça), Lisboa, Academia Portuguesa da História Centro de História da Sociedade e Cultura, 2012, pp. 251-288..

RESUMO

Sempre na perspectiva da busca das raízes medievais do Brasil moderno, faz-se uma abordagem ao *status ecclesiae* no Portugal quatrocentista, no sentido de clarificar a inquietação com vista à sua reforma; e, entre muitos projectos de retorno à primitiva Igreja, conferimos especial atenção aos Cónegos de São João Evangelista, uma “família” religiosa nascida desse projecto de reforma, e com objectivos alcançados. Na verdade, podemos considerar esta nova congregação como a resposta certa aos anseios de reforma, nas suas várias frentes: formação doutrinal; formação intelectual com conhecimento do humanismo italiano e do centro da Europa; presença nas estruturas temporais, nomeadamente na corte e nas universidades; importância dada à oração, à celebração dos ofícios divinos; efectiva residência nas casas religiosas de onde retiravam benefícios, com serviço às comunidades de leigos da respectiva área geográfica.

Keywords: late medieval spirituality; church reformers; Cónegos de São João Evangelista

“Relato de João Carvalho Mascarenhas, um soldado português deslocado pelo mundo” (em colab. com José Varandas), in *História* (São Paulo), Vol. 32, nº 1, pp. 8-30 (Jan.-Junho 2013), ISSN 1980-4369. Ver. On line com refere. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-9074&Ing=ptnrm=iso

“As leis de desamortização de D. Dinis: expressão de um regalismo com futuro”, in *Iacobus* (31-32), Sahagún (Léon), 2012, [2013], pp. 219-140. Com referee

Os Forais da Ericeira. Por ocasião dos 500 anos do foral manuelino
(Margarida Garcez Ventura e outros), [Ericeira, 2013. Dep. Legal 363752/13]

“Soberania e vigilância da costa. Da Carta de Doação de Manuel Pessanha ao Regimento de Tomé de Sousa”, in *Brasil e Portugal. Unindo as duas margens do Atlântico*, coord. Alexandre Sousa Pinto, Luís Aires-Barros, Manuela Mendonça, Nuno Vieira Matias, Lisboa, 2013, ISBN 978-972-624-197-3, pp. 211-223..

Resumo: Intrigas, conexões, enredos... isso de que Paul Veyne, depois de quebrar toda a tradição historiográfica, afirmava restar para a narrativa histórica. Esta comunicação vive de conexões e de enredos entre ideias e práticas de soberania sobre a orla marítima dos territórios de Portugal e do

Brasil. Situamo-nos no tempo de D. Dinis e de D. João III, épocas fundacionais desses mesmos territórios.

“Espelhos de espelhos... D. Duarte na companhia de D. Alfonso de Cartagena entre a cultura, a moral e a política”, in *História Revista*, Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v. 18, n. 2 (2013), pp. 37-51, <http://portalnuclear.cnen.gov.br/livre>, ISSN on line 1984-4530; ISSN impresso 1414-6312. Com referee

Resumo: A longa tradição dos “espelhos de reis”, acrescentada com as obras de D. Alonso de Cartagena, está presente nos escritos de D. Duarte. O monarca assume essas exigências comportamentais, não só para si, mas como modelo para a sua corte e para todos os seus súbditos. Numa didáctica de adequação a cada *status*, as virtudes exigidas aos príncipes são como que redistribuídas, de modo que todos possam contemplar-se nesses espelhos.

“D. Duarte: vivência religiosa e ofício de reinar”, in *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*, Coord. de Catarina Fernandes Barreira e Miguel Metelo de Seixas, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais / Universidade Nova de Lisboa, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos / Universidade Lusíada de Lisboa, 2014, pp. 153-164, ISBN 978-989-98749-1-6. Com referee

“«Guerra Justa e Guerra Santa»”, in *Visão História (O mundo das Cruzadas. Sécs XI a XIII)*, Nº 36, Dez. 2014, p. 39.

“Judeus, conversos e «tornadiços» na esfera do poder régio”. In *O Livro e as interações culturais judaico-cristãs em Portugal no final da Idade Média*, Luís Urbano Afonso e Paulo Mendes Pinto (Orgs.), Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas, 2015, pp. 79-98. ISBN 978-989-96236-6-8.

Resumo:

Sabemos quão precoce é, na monarquia portuguesa, a tendência para a autonomização das coisas temporais em relação às espirituais, numa delimitação de territórios acompanhada pelo alargamento das jurisdições régias sobre as jurisdições da clerezia. Tendo em conta que o fundamento das problemáticas nas relações entre judeus e cristãos é de ordem religiosa, a regulamentação dessas relações situa-se na fronteira entre a jurisdição temporal e espiritual. Com especial incidência nos reinados de D. João I e de D. Duarte muitas das questões relativas aos judeus são veementemente reclamadas para a estrita jurisdição régia, subtraídas, portanto, à jurisdição do clero.

Usamos como fontes textos sobre dos conversos, falsos conversos e “tornadiços”, quer de origem régia quer eclesiástica: bons meios de diagnóstico para compreender o “programa político” da monarquia portuguesa a respeito dos judeus. Em paralelo, consideramos que tal programa está fortemente relacionado com a concepção que o rei foi construindo sobre o seu “ofício”.

“«Ar, sol, vento, água e mar»: reflexões sobre o uso de alguns bens no final da Idade Média”, in *XII Simpósio de História Marítima, A Formação da Marinha Portuguesa. Dos Primórdios ao Infante*, Lisboa, Academia de Marinha, 2015, pp. 265-276.

Resumo:

O trabalho que aqui apresentado parte de um texto carregado de informações e de sugestões, de queixas concretas e de doutrina a montante delas...um texto que se tornará pretexto para uma mais larga análise. Usamos um capítulo especial apresentado pelos procuradores de Lamego às cortes de Santarém de 1451, no qual se queixam da ilegal proibição de pescar imposta pelo mosteiro de Recião; queixam-se também da protecção concedida pelo bispo a esses *beguinos*, da qual resulta a quebra do foro laical dos vizinhos da cidade e sentenças de excomunhão. Por isso os procuradores pedem ao rei remédio com justiça, para que todos possam pescar os peixes que Deus lhes dá. Pretexto, pois, para acedermos à formulação jurídica dos Direitos Reais e daí chegarmos à operacionalidade do ofício de reinar como garante e distribuidor dos bens universais com vista ao bem comum dos povos.

Palavras-chave:

Rios; pesca; jurisdições; excomunhão; ofício de reinar; senhores; Criação; Adão.

The present paper derives from a text full of information, complaints and doctrinary basis. It works as a pretext for a broader analyses.

The document is a especial complaint presented by the representatives of the summoned town of Lamego to the royal court meeting in Santarém in 1451. The procurators explained why the prohibition to fish imposed by the monastery of Recião was illegal; also complained to the court about the extended protection given to the beguines by the bishop, which resulted the break of neighbours's laical status, even subjecting some them to excommunication sentences. Given the stated facts, the procurators ask the king for a fair and just solution, so that everyone could fish what God give them. The episode is therefore a good pretext to analyse the juridical formula of the Royal Rights and helps to understand the process of enforcing Justice as a king work, placed the king as ultimate responsible for assuring the well being of all his subjects.

Key words:

Rivers; fish; jurisdictions; excommunication; king, lords, Creation, Adam.

“A Justiça no quotidiano: os corregedores do reino”, in *História [on line]* 2015, Vol. 34, n. 1, pp. 60-74. ISSN 1980-4369. <http://dx.doi.org/10.15.90/1980-436920150001000032>.

“Ceuta, 1415. Portugal em fronteira descontínua”, in ***Raízes Medievais do Brasil Moderno, Do Reino de Portugal ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves***, Coord. Manuela Mendonça e Maria de Fátima Reis, Lisboa, Academia Portuguesa História, 2016, pp.315-333

“A cronística portuguesa relativa ao norte de África: mitos, projectos e factos”, in Curso de Verão de la Granda – *La incorporación de Ceuta a la corona de Portugal y su posterior trayectoria española*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2016, pp. 499-69.

“Informação e contra-informação na «empresa de Ceuta»: a embaixada ao duque da Holanda, In *Ceuta e a Expansão Portuguesa, Actas do XIV Simpósio de História Marítima*. Lisboa, Academia de Marinha, 2016, pp 291-296.

“Poder político no Portugal quatrocentista: uma leitura alargada em passado anacrónico”, in BRATHAIR 16 (2), 2016, pp. 149-170, pp. 149-170, ISSN 1519-9053 disponível em <http://ppq.revistas.uema.br/index.php/brathair>

Título: «Poder político no Portugal quatrocentista: uma leitura alargada em passado anacrónico»

Resumo: Fazemos uma leitura diacrónica do poder político com base em três pressupostos já clássicos: origem, funções e limites. Recorremos a a Aby Warburg e a Didi Huberman para, mais do que a leitura diacrónica destes elementos, privilegiar a inscrição das soluções encontradas em planos de longa duração. De D. Afonso Henriques a D. João II, sublinhamos comportamentos de governança, com seus fundamentos que se podem considerar linhas de força do Portugal medieval e mesmo em épocas posteriores.

Palavras-chave: Origem do poder; Igreja; regalismo; poder pactuado; Islão.

Title: «Political power in Portugal in the fifteenth century: a broad reading in an anachronistic past»

Abstract: We make a diachronic reading of political power based on three classic assumptions: origin, functions and limits. We have appealed to Aby Warburg and Didi Huberman to focus more on the diachronic reading of these elements than to inscribe the solutions found in long-term plans. From the king Afonso Henriques to king João II, we emphasize governance behaviors, with their foundations that can be considered as the force lines of medieval Portugal and even in later times.

Keywords: Origin of power; Church; Regalism; Agreed power; Islam.

2. Trabalhos no prelo

"Interesses régios e caridade de fiéis cristãos na assistência aos romeiros de S. Tiago em Ponte de Lima", a publ. nas *Actas do V Colóquio Galaico-Minhoto*.

Um estudo na mesma linha do anterior, envolvendo aqui o concelho de Ponte de Lima e permitindo-nos visualizar um troço significativo dos Caminhos de Santiago.

b) trabalhos já entregues com publicação agendada

"Entre o mosteiro e o corso: o testemunho de uma vida aventurosa nos começos do século XV", a publ. nos *Anais da Academia Portuguesa da História (3ª série, 2013)*.

Uma súplica encontrada no Arquivo do Vaticano dá-nos conta dos laços entre uma vocação franciscana e a "tentação" do corso (ou da pirataria?). A partir desse documento muitas questões se colocam, quer no que diz respeito ao recrutamento e presença nas ordens mendicantes, até ao papel desses corsários-piratas-mercadores no mediterrâneo ocidental, passando pela afirmação da licitude da guerra contra o sarraceno. A ambiguidade de funções desempenhadas por alguns mareantes portugueses no mediterrâneo é abordada no contexto de uma Súplica apresentada ao papa Eugénio IV por um tal frei Vasco: pirata, corsário, franciscano nos intervalos de missões bélicas e de outras muitas, candidato a integrar a Ordem do Hospital de São João para a defesa de Rodes.

"Expansão e Missionaç o: algumas considera es para a compreensão da obra apostólica de Leonardo Nunes", a publ. nas *Actas das Jornadas Comemorativas dos 450 da morte de Leonardo Nunes, Castelo Branco*.

Abordamos esta complexa questão através do debate sobre a rela o entre expansão e missiona o. Passamos em seguida para um dos parâmetros fundamentais da missiona o - a convic o operativa na unidade do g nero humano - presente na carta de P ero Vaz de Caminha.

“Encontro coberto de luto. D. Duarte e D. Henrique em Portel” e),
“Pedras por testemunhas: a Comenda de Vera Cruz no espaço rural e urbano da região de Portel” (comunicação lida na ausência forçada no Brasil ///) , a publicar nas Actas do Colóquio “A construção do território de Portel. Personagens, espaços e objectos (séculos XIII a XV” --- PRELO??!

“Apontamento para a construção do conceito de “consciência nacional” nos discursos e comportamentos de D. Nuno Álvares Pereira”, intervenção na Academia Portuguesa da História (10/4/2103), entregue para publicação nos respectivos Anais.

– “D. Jorge da Costa” – colaboração no Projecto *Bispos e Arcebispos da Diocese de Lisboa* (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa) ///

ACTIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Enquanto membro da Direcção da Associação da Casa-Memória de Camões em Constância, integrou a Comissão Executiva dos Fóruns Camonianos e foi responsável pela criação e organização dos Cursos Breves de Iniciação à Paleografia e Diplomática Quinhentistas (realizados em 2001, 2002).

Membro do Conselho Editorial da Editora “Mar de Letras” (Ericeira) desde a sua fundação (1995), com responsabilidade na selecção, edição e apresentação pública das obras.

Promoveu e acompanhou a inventariação e catalogação do espólio do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, integrando depois a equipa responsável pela sua manutenção. Esta acção desenvolve-se no contexto da valorização do património da Misericórdia, abrangendo também a ampliação e reestruturação do Museu e o restauro da respectiva Igreja.

Responsável científico pela criação e realização dos Cursos de Verão da Ericeira (o X, no próximo mês de Julho).

Enquanto Vice-Presidente (Área Científica e Educacional) do Instituto de Cultura Europeia e Atlântica tem vindo a sugerir e a efectuar diversos projectos culturais, numa perspectiva interdisciplinar, abrangendo diversas áreas relacionadas com o património histórico, ambiental e documental (bibliografia, tradição oral e imagem). Nestes projectos têm sido envolvidas diversas instituições nacionais e locais com as quais o ICEA assinou protocolos, nomeadamente a Faculdade de Letras de Lisboa, a Academia Portuguesa da História, a Academia de Marinha e a Sociedade de Geografia de Lisboa.

A pedido da Fundação para a Ciência e Tecnologia produziu pareceres no âmbito do Programa de Apoio à Edição de Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas (entre 2000 e 2008//).

Avaliação científica externa (referee) para o Vol XII (2011) dos *Anais de História de Além-Mar*(CHAM-UNL/UAçores)

Avaliação científica externa (referee) para a série *Interdisciplinary Studies in Ancient Culture and Religion*, pedida pela Peeters Publishers de Louvain (2014).

Avaliação científica externa (referee) para os *Annales de la Universidad de Alicante* (2014)

PROJECTOS

Integrou o Projecto “Óbidos- Rede de Investigação, Inovação e Conhecimento” que teve por objectivo a candidatura de Óbidos a Património da Humanidade, com a coordenação da “Inventariação dos Núcleos Documentais” (disponível *on line*). Desde 2005.

Integra o Projecto para o Estudo, Conservação e Divulgação da Igreja de São Pedro de Vera Cruz de Marmelar.

Projecto “Recursos para a História Militar Medieval, integrado no Grupo I & *História Militar e das Relações Internacionais*, ” em colab. com José Varandas.

Projecto “Pensamento Político Português na Idade Média (sécs. XII-XV), integrado no Grupo I & *História Militar e das Relações Internacionais*, ” em colab. com José Varandas.

ACTIVIDADES EXTRA-UNIVERSITÁRIAS

Desde 1969 até à sua extinção faz parte da redacção do jornal universitário *Tempo* (dir. Adelino Amaro da Costa).

Entre 1969 e 1974 participa no grupo português do “Istituto per la Cooperazione Universitaria” e na delegação portuguesa aos *UNIV’S* (Roma).

Membro fundador da Juventude Centrista (CDS, Julho de 1974). Pertenceu aos quadros do partido de Setembro de 1974 a 1982.

Membro da Direcção da Obra *C///* ciganos, com vários cargos, desde a *///* até Maio 2017

78

78

7878

~~787878~~

78

78

78

787878

78

787878

79

79

7979

797979

79

79

79

797979

79

797979